

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013 - 2017**-----

----- **SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA - TERCEIRA REUNIÃO REALIZADA EM VINTE E SETE DE MAIO DE DOIS MIL E CATORZE.**-----

----- **ATA NÚMERO VINTE E SETE** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Ordinária, terceira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Isabel Drago Lobato, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Emília Cristina Antunes Serra, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, António Manuel de Freitas Arruda, Daniel da Conceição Gomes da Silva,

Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Néilson Pinto Antunes, Patrícia Caetano Barata, João Diogo Santos Moura, António José do Amaral Ferreira Lemos. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Deolinda Carvalho Machado e Miguel Tiago Crispim Rosado-----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais:-----

----- Margarida Saavedra (PSD), tendo sido substituída pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva; -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), tendo sido substituído pelo Senhor Deputado Municipal Néilson Pinto Antunes;-----

----- Telmo Correia (CDS-PP), tendo sido substituído pelo Senhor Deputado António José do Amaral Ferreira Lemos;-----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), tendo sido substituída pelo Senhor Deputado Municipal João Diogo Santos Moura;-----

----- Cláudia Madeira (PEV), tendo sido substituída pela Senhora Deputada Municipal Cristina Serra; -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), tendo sido substituído pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Moreira Vidal Simões;-----

----- Foram justificadas as faltas dadas pelos Senhores Deputados Vasco Morgado, Carlos Barbosa, Fábio Sousa, Ricardo Robles, Sofia Cordeiro, Sandra da Graça Lourenço Paulo à sessão realizada no dia vinte de maio;-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores Vítor Duarte Cordeiro, Jorge Máximo, Graça Fonseca, João Afonso, Paula Marques, Carlos Castro, Catarina Vaz Pinto, Manuel Salgado e José Sá Fernandes; ---

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição António Manuel Pimenta Prôa, João Pedro Gonçalves Pereira, João de Matos Bernardino e Carlos Artur Ferreira de Moura.-----

----- Às catorze horas e cinquenta minutos, constatada a existência de quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, terceira da sessão ordinária iniciada no dia quinze de abril de dois mil e catorze.-----

----- A **Senhora Presidente**, nos termos regimentais, abriu o Período Antes da Ordem do Dia.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- A Senhora Presidente lembrou que tinham tido, durante a campanha eleitoral, os trabalhos reduzidos e, aproveitou aquele momento para felicitar os partidos políticos pelo esforço e pelos resultados obtidos.-----

----- Informou que iriam ter outra sessão a seguir àquela, que iria começar por volta das dezoito horas, subordinada ao tema dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa. Disse que tinham oradores convidados e público inscrito para intervir na sessão. -----

----- Recordou que a Ordem de Trabalhos daquela sessão ordinária incluía um debate específico sobre os Fundos Comunitários de dois mil e catorze mil e vinte, e que já tinham sido apresentados o programa de ação regional, o programa operacional geral e os vários programas operacionais temáticos para que os Concelhos Metropolitanos se pudessem pronunciar. -----

----- Lembrou que com aquela nova legislação as Assembleias Municipais não tinham qualquer papel naquela matéria, mas que aquela Assembleia, a Assembleia Municipal de Lisboa, tinha entendido inscrever aquela matéria na Ordem de Trabalhos com o intuito de solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que prestasse, na sua qualidade de representante do Município no Concelho Metropolitano de Lisboa, alguns esclarecimentos relativamente às posições que estavam a ser tomadas no âmbito daqueles programas operacionais. Rememorou que iriam ser aqueles programas operacionais que mais tarde iriam configurar a possibilidade de apresentação de projetos e candidaturas aos fundos comunitários até dois mil e vinte. Reforçou que era uma matéria de elevada importância para a Cidade. -----

----- Seguidamente, **a Senhora Presidente**, declarou aberto o Período da Ordem do Dia. -----

CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA

----- **A Senhora Presidente** submeteu à votação as atas números **catorze e dezanove** tendo a Assembleia deliberado **aprová-las por unanimidade**. -----

----- Segue-se a apreciação da Proposta nº 137/2014. -----

----- **PROPOSTA Nº 137/2014 - SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PROPOSTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA, E APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA DE CONTRATO**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 1 e dela faz parte integrante. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que aquela Proposta tinha um parecer da Quinta Comissão Permanente, o qual se anexa à presente ata como anexo nº 2 e dela faz parte integrante. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- *“Muito boa tarde Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, caros Colegas.* -----

----- *A Proposta 137 prende-se com a autorização da delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Domingos de Benfica, para a realização das obras necessárias à construção de uma rotunda no cruzamento Rua Lúcio de Azevedo/Rua Virgílio Correia, bem como a aprovação da respetiva minuta do contrato e a autorização para a afetação do recurso financeiro para o efeito, designadamente trinta mil euros, nos termos da disposição da minuta.* -----

----- Ora, elaborado o relatório, penso que todos os senhores deputados tiveram oportunidade de o ler, e não querendo também maçar com uma leitura do mesmo, foi entendido votar o mesmo por unanimidade, atendendo a que esta obra é urgente, necessária, e já pauta por tardia, atendendo a que vai regularizar uma situação de insegurança no trânsito naquele eixo rodoviário, pelo que importa, desde já, assegurar a sua celebração, neste caso, a aprovação da Assembleia para que se possa, quanto mais rápido melhor, iniciar os trabalhos e assim salvaguardar, não só, a segurança rodoviária naquele local, mas também, repito, há uma escola próximo e com muita fluência de alunos, e é sempre importante referir esse aspeto. Pelo que, a posição do Partido Socialista é votar a favor desta Proposta. Obrigado”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Cardoso (PS)** fez a intervenção que a seguir se transcreve:-----

-----“Muito boa tarde Senhora Presidente, boa tarde ilustres Vereadores, boa tarde colegas e público.-----

----- Bom, relativamente a esta questão, e em particular a esta Proposta, cabe-me a mim dizer, e portanto não me vou alongar, agradecer desde já esta iniciativa do Partido Socialista, que, obviamente, foi feita em consonância e de acordo com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, a qual eu represento, e dizer-vos que efetivamente era importante, é importante, faz falta e, apenas e só, agradecer ao grupo parlamentar o facto de, finalmente termos, como eu costumo dizer, obra feita, ou seja, a rotunda. Tenho dito. Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** fez a intervenção que a seguir se transcreve:-----

----- “Muito Obrigado Senhora Presidente. Dizer só que esta Proposta, portanto foi do entendimento da Câmara Municipal em conjunto com a Junta Freguesia de São Domingos de Benfica. Dada a circunstância, dado o estudo que estava feito em relação ao local, que seria uma obra que seria realizada de forma mais célere, mais eficaz e mais próxima, sendo celebrada pela Junta de Freguesia. Daí se ter celebrado esta Proposta e este Protocolo para que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica realize a obra num curto espaço de tempo.-----

----- Portanto daí a Proposta que foi feita e a disponibilidade que a Câmara Municipal tem, nestas circunstâncias, de realizar protocolos semelhantes com outras Juntas de Freguesia. Muito Obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **VOTACÃO** – a **Proposta nº 137/2014** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Segue-se a apreciação dos relatórios das quatro Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa, referentes ao ano de dois mil e treze, que se anexam à presente ata como anexos nº3, nº 4, nº 5 e nº 6 e dela fazem parte integrante.-----

----- **A Senhora Presidente** participou que se encontravam presentes, na assistência, os Senhores Presidentes da CPCJ de Centro, a Dr.^a Rute Lopes, da CPCJ Ocidental, o Dr. João Farinho, da CPCJ Norte, a Dr.^a Nélia Alexandre e da CPCJ Oriental, o Dr. Miguel Reis, a quem cumprimentou e, em nome da mesa, agradeceu e sublinhou o trabalho, a persistência e os relatórios tão elaborados, e importantes, que tinham apresentado àquela Assembleia.-----

----- Focou que a Lei obrigava que aqueles Relatórios fossem apreciados pela Assembleia Municipal, e que aquela Assembleia entendia que aquela era uma matéria de maior importância para a Cidade. Solicitou, por aquele motivo, a atenção dos presentes para as conclusões tecidas pela Sexta Comissão após as reuniões com os Presidentes das quatro Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa. -----

----- Segue-se a apresentação do Parecer emitido pela 6ª Comissão aos Relatórios das quatro Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, relativos a 2013, o qual se anexa à presente ata como anexo nº 7 e dela faz parte integrante.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)**, relator da 6ª Comissão, fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- “ *Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Exmos Senhores Vereadores, Exmos Senhores Deputados, vou só pedir se poderei apresentar já os dois pareceres, dado que eles são bastante similares, ou seja, quer este sobre o Relatório de Atividades quer o cento e trinta oito. -----*

----- *Então eu vou ler as conclusões porque elas têm, manifestamente, as conclusões mais importante sobre os relatórios que foram apresentados pelas Comissões de crianças e Jovens da Zona Norte, Centro, Ocidental e Oriental.-----*

----- *A Comissão de Direitos Sociais procura no presente Parecer salientar as principais matérias que merecem a atenção da AML e CML no que diz respeito à proteção e prevenção das crianças e jovens da cidade de Lisboa, e aos desafios das CPCJ nesta matéria para cumprir os seus objetivos no superior interesse das crianças e jovens. -----*

----- *A respeito da dificuldade de acompanhar o volume de processos ativos das CPCJ e das dificuldades logísticas, a 6ª Comissão considera que o maior envolvimento e apoio por parte do Município é desejável, mas apenas podendo ser consubstanciado por uma maior afetação da verba da Segurança Social para este efeito, chamando a atenção para as responsabilidades ministeriais tutelares neste aspeto. -----*

----- *Acrescentamos ainda as já mencionadas dificuldades das Juntas de Freguesia em apoiar as CPCJ, ao mesmo passo que ressaltamos que uma maior interação e cooperação entre as CPCJ e Juntas é desejável, a nível de coordenar estratégias de intervenção e apoio social para os quais as Juntas são parceiras fundamentais. -----*

----- *Reconhece-se ainda a necessidade premente de técnicos juristas nas CPCJ, para os quais o Protocolo não foi renovado. E, sendo uma matéria comunitária, recomenda-se um esforço conjunto com a CML para encontrar uma estratégia para suprimir esta necessidade através de novos parceiros e protocolos. -----*

----- *A Comissão identificou ainda uma necessidade de dotar as CPCJ de mais competência técnicas, que estão ao alcance do Município, através da disponibilização de publicações e recursos técnicos, assim como o acesso a programas de formação para os elementos das comissões. -----*

----- *Através dos relatórios e audições torna-se claro que existe uma dificuldade significativa em encontrar respostas sociais de diversos níveis, e que os agrafamentos às questões sócio económicas cresceram famílias às comunidades locais e escolares,*

traduzindo-se num aumento de casos sinalizados. A resposta municipal e, a nível local, de Freguesia para suprimir estas necessidades é da maior relevância, mas não substitui a necessária resposta de iniciativa governamental de revisão de Lei que regula as CPCJ, dotando-as de maiores competências, e meios, e revendo problemas estruturais de funcionamento e reequacionando o seu modelo de funcionamento. Disse.” -----

*----- **O Senhor Deputado Magalhães Pereira (PSD)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----*

----- “Senhora Presidente, com a sua licença, a minha intervenção tem referência aos relatórios anuais das quatro CPCJ e também em relação à Proposta número cento e trinta e oito, mas haverá depois a intervenção do relator. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia, Senhores membros da mesa, Senhores Vereadores e Senhores membros Deputados, em sede de Comissão Permanente Municipal dos Direitos Sociais e Cidadania foram presentes os Relatórios anuais, relativos ao ano de dois mil e treze, das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa, Zonas, Ocidental, Centro, Norte e Oriental, procedendo-se à audição das Senhoras e Senhores Presidentes dessas Comissões, assim como do Vereador responsável pela área dos direitos sociais. -----

----- Foi possível encontrar nos relatórios apreciados, um vasto conjunto de fatores e condicionantes comuns, a par de circunstancialismos específicos de cada uma dessas Comissões de Proteção, cuja diferenciação mais se acentua nas sucessivas audições, sobretudo em meios disponíveis, potenciando estes meios ações próprias e, bem assim, metodologias adotadas. -----

----- A Comissão produziu pareceres - aliás o parecer foi aqui já lido pelo representante relator - quer diretamente sobre esses relatórios anuais, quer quanto à Proposta número cento e trinta e oito de dois mil e catorze, que respeita ao estabelecimento de protocolos de delegação de competências nas freguesias âncora – Campo de Ourique, Arroios, Carnide e Marvila – atribuindo-lhes uma verba anual, entendida como necessária, ao apoio logístico às respetivas Comissões de Proteção. --

----- Todos estes documentos foram disponibilizados e distribuídos às Senhoras e Senhores Deputados desta Assembleia Municipal, permitindo assim a sua ampla apreciação da problemática subjacente. -----

----- A ação de promoção dos direitos de crianças e jovens, a par da prevenção das situações de perigo infantil e juvenil é efetuada nas comissões de proteção, em coordenação de membros oriundos de diversas entidades, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Ministérios da tutela – a saber, Ministério da Segurança Social e Ministério da Justiça. -----

----- É sobretudo a sinalização de situações anómalas - ou suscetíveis de afetar ou prejudicar as crianças - por instituições de saúde, ação social, escolas, instâncias policiais e judiciais, que constituem a fonte de identificação da situação de risco e, sucessivamente, da situação eventual de perigo, carecendo de intervenção nos direitos de defesa da criança. -----

----- Os relatórios e as subseqüentes audições foram instrumentais para aferir o cumprimento dos objetivos legais e identificar as dificuldades que se levantam à sua concretização. Foram processadas mais de três mil sinalizações em dois mil e treze, resultando em cerca de mil e novecentos processos ativos por situações de negligência, maus tratos, de violência doméstica, de absentismo e abandono escolar, entre outros. Foram identificadas faltas notórias de recursos humanos, sobretudo em especialidades fundamentais, sejam sociais, sejam jurídicas, com volume processual excessivo, atribuído aos técnicos disponibilizados.-----

----- O facto de algumas valências críticas serem executadas por técnicos a tempo parcial é, também, causa de constrangimentos no eficaz andamento dos processos com evidentes prejuízos para os interessados. As instalações disponibilizadas não serão, aliás, sempre as mais adequadas e os meios de mobilidade e reprografia são por vezes insuficiente. -----

----- Foi assim aparente a conveniência de alargar o apoio às comissões de proteção, distribuindo por maior número de freguesias, e o reforço estratégico e financeiro por parte das instituições das tutelas e outro sim da Câmara Municipal. ----

----- É premente o estabelecimento de protocolos para obtenção de juristas com formação adequada, uma mais apertada coordenação na ação das comissões de proteção de Lisboa e um reforço da solução de famílias de acolhimento e outras soluções mais personalizadas, em detrimento da simples institucionalização.-----

----- Conclua-se que é a enorme boa vontade, dedicação e competência das Senhoras e Senhores Presidentes das Comissões e dos seus membros permanentes, ou a tempo parcial, e do Vereador com competência delegada, que asseguraram a prossecução deste enorme serviço à comunidade e, em particular, às crianças e jovens de Lisboa, merecem, e deverão ter, mais apoio. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente** apelou ao silêncio e à atenção dos Senhores Deputados, lembrando que se encontravam a discutir uma matéria extramente importante, que as CPCJ tinham imensas dificuldades para vencer e que aquela Assembleia tinha de dar uma prova de solidariedade e respeito pelo trabalho desenvolvido na Cidade. Pediu a atenção e a concentração de todos. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Emília Serra (PEV)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- “Muito Obrigada Senhora Presidente. Boa tarde a todos. -----

----- Eu vou ser rápida. Gostaria apenas de dar os parabéns às Juntas que vão receber estas novas competências, apelando, também, às outras Juntas da cidade de Lisboa que também se envolvam e que também deem um pouco de si. É preocupante, nos dias de hoje, ainda, as situações porque grande parte destas crianças e jovens em risco passam. -----

----- Para nós é também preocupante o facto das equipas multidisciplinares que trabalham nas CPCJ terem, muitas vezes, de fazer apoios logísticos, terem de, e ao invés de estarem concentradas nos seus próprios projetos e nestas crianças, terem de

fazer outro género de competências que as juntas poderão neste momento complementar.-----

----- *Apelo aqui às outras Juntas de Freguesia que depois também se possam envolver, dar um apoio às CPCJ, são fundamentais para estas crianças. É fundamental que as CPCJ consigam ter programas de prevenção, e com certeza que terão, também, de futuro com outras condições e, portanto, agradecer também e valorizar esta proposta que veio hoje aqui. Obrigada.*-----

----- **A Mesa** recordou que se encontravam a apreciar os relatórios das CPCJ e que iriam, seguidamente, apreciar uma Proposta de contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, para apoio às CPCJ. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** fez a intervenção que a seguir se transcreve:-----

----- *“Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, todos os presentes.*-----

----- *Já falei aqui enquanto um dos relatores deste relatório, sobre esta proposta de relatório de atividades, mas convido-os também, a todos os presentes, a lerem, se possível, na íntegra, os pareceres que foram efetuados. Eu apenas li as conclusões, mas nos Pareceres podem ver todas as problemáticas que foram elencadas e que são muito importantes e, problemáticas estas pelas quais as CPCJ passam diariamente nas suas atribuições, no seu trabalho, que é deveras importante na proteção dos jovens e das crianças das nossas cidades.*-----

----- *Hoje em dia nós sabemos todos os problemas sócio económicos que o nosso país está a atravessar, o que leva, sem dúvida, a que haja maiores problemas referenciados e identificados por estas Comissões e, portanto, o seu papel ainda tem um maior relevo e um maior desempenho e portanto temos de acarinhar estas Comissões dentro daquilo que for possível, obviamente.*-----

----- *Gostava também de dizer que o Partido Socialista também se revê naquilo que o Presidente da nossa Comissão de Direitos Sociais, Magalhães Pereira, falou sobre este tema, as questões que ele colocou nós também as tomamos por nossas.*-----

----- *Por fim, apenas mais uma vez, congratular as CPCJ, pelo excelente trabalho que têm realizado na proteção dos jovens e das crianças da cidade de Lisboa”*-----

----- **O Senhor Vereador João Afonso** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -

----- *“Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde Senhores Deputados, eu aproveito para falar da importância das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da cidade de Lisboa.*-----

----- *O Senhor Juiz Armando Leandro costuma apresentar as CPCJ como um recurso da comunidade para a salvaguarda das crianças na linha limite da nossa intervenção e, como costuma dizer, antes do abismo estão as CPCJ. É uma imagem um pouco catastrófica, mas que deveríamos de reter, que está nas nossas mãos, em limite, criar as condições para estas crianças terem a salvaguarda dos seus direitos. E quando digo nas nossas mãos é nas mãos de todas as pessoas.*-----

----- *É óbvio que as instituições, como a Câmara Municipal de Lisboa, têm responsabilidades definidas por Lei, às quais poderemos acrescentar outros sentidos,*

outras responsabilidades e é isso que a cidade de Lisboa, apesar de alguns constrangimentos, tem feito ao longo dos anos, por vezes com mais facilidade, outras vezes com menos dificuldade, mas sempre com a colaboração das Juntas de Freguesia. Esperamos que neste futuro e neste quadro da nova organização da cidade de Lisboa tenhamos capacidade, quer o Município quer as Juntas de Freguesia, possam provider de melhor forma às necessidades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que somos todos nós. -----

----- Significa que não só estamos a falar desta contratualização, mas também do empenho político na discussão e na construção de um futuro melhor das crianças da nossa cidade. -----

----- Eu queria felicitar qualquer uma das Comissões que avaliou estes relatórios, que avaliaram a Proposta de delegação de competências, de contratos de delegação de competências e, em especial, começo por vos falar da Comissão de Direitos Sociais que analisou os quatro relatórios, porque creio que identificou os grandes problemas, as grandes virtudes e os grandes problemas, as especificidades de cada uma das organizações, mas queria realçar que para além de o ponto de partida ser o relatório de dois mil e treze há um futuro para construir. É óbvio que a Comissão avaliou os relatórios do ano passado e esperamos que seja um ponto de partida para um futuro. -----

----- A Câmara tem, nos últimos anos, tido, houve com algumas das comissões, o relacionamento não foi tão linear como com as outras, isso é evidente também nos relatórios, esperemos que venhamos a melhorar. -----

----- Já reuni com várias das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, tive o prazer de reunir no meu gabinete o Senhor Presidente da Comissão Nacional, com os Presidentes das quatro Comissões de Proteção da cidade de Lisboa, já fui a uma reunião com todos os Presidentes de Junta, e alguns representantes de Junta, com uma das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Lisboa Central e, espero, nos próximos meses, ter a oportunidade de eu, pessoalmente, reunir com cada uma das Comissões, sendo que o meu Gabinete já reuniu com todas elas para fazerem a identificação dos problemas que o Senhor Presidente da Comissão, o Senhor Deputado Magalhães Pereira referiu e, nesse sentido, queria-vos convidar a todos, para no próximo dia seis de junho se juntem às Comissões de Proteção Crianças e Jovens, e à Câmara Municipal de Lisboa num encontro que demos o nome de Direitos da Criança de Lisboa 2014, esperamos fazer o Lisboa dois mil e quinze, dois mil dezasseis, dois mil e dezassete, em que pretendemos analisar os dados que vêm dos relatórios de dois mil e treze, fazer uma análise partilhada do que foi o trabalho feito pelas Comissões de Proteção a Crianças e Jovens e teremos a oportunidade de assistir à apresentação de muitos projetos que já se fazem nesta cidade, da salvaguarda dos direitos da criança e, a partir daí, discutir o futuro trabalho junto das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da cidade de Lisboa. -----

----- É um encontro que está a ser organizado pelo meu Gabinete, pelos serviços da Câmara, pela Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, que tem colaborado connosco, e com as quatro Comissões de Proteção a Crianças e Jovens

nas Comissões restritas e nas Comissões alargadas. Esperamos ter a presença, não só, das pessoas que fazem parte, que trabalham nas Comissões de Proteção, mas de entidades que contribuem para o seu funcionamento, e gostaria muito de contar com a presença de todos aqueles que possam estar desta Assembleia Municipal, pelo menos representantes de cada uma das forças políticas, para construirmos um melhor trabalho na proteção das crianças da cidade de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente** informou que o Senhor Vereador tinha usado o tempo dos Senhores Deputados Independentes. Informou, também, que não tinham mais inscrições e uma vez que aquela matéria não carecia de deliberação, uma vez que consistia apenas numa apreciação, a mesa iria deixar apenas duas notas, nomeadamente, que a Sexta Comissão deveria de acompanhar aquele evento que iria ter lugar, dando sequência àquele trabalho das CPCJ, de acompanhamento e solidariedade e, também, pelo esforço desenvolvido e, a segunda nota, era que se justificava que, enquanto Deputados eleitos de Lisboa, manifestassem o reconhecimento pelo trabalho das CPCJ tendo proposto, naquele momento e naquele sentido, uma salva de palmas.-----

----- Seguidamente aquela Assembleia aplaudiu o trabalho desenvolvido pelas CPCJ. **A Senhora Presidente** reconheceu que as palmas não resolviam os problemas mas que era muito importante que as pessoas sentissem o seu trabalho reconhecido, que sentissem que não estavam sozinhas.-----

----- Segue-se a apreciação da Proposta 138/2014.-----

----- **PROPOSTA Nº 138/2014 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE ARROIOS, CAMPO DE OURIQUE, CARNIDE E MARVILA NO ÂMBITO DO APOIO LOGÍSTICO ÀS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº 8 e dela faz parte integrante---

----- **O Senhor Vereador João Afonso** fez a intervenção que a seguir se transcreve:

----- *“De facto é uma Proposta simples. O que se propõe é uma transferência de uma verba, igual para quatro Juntas de Freguesia que têm a responsabilidade, que assumem a responsabilidade que por Lei é delegada na Autarquia Câmara Municipal de Lisboa. A Câmara tem vindo, ao longo dos últimos anos, a delegar essa competência em quatro Juntas de Freguesia, porque se constatou uma maior operacionalidade das Juntas de Freguesia na resposta ao funcionamento quotidiano de cada uma das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.-----*

----- *Porque se exige uma flexibilidade, uma agilidade do funcionamento, até do ponto de vista administrativo, que a Câmara Municipal de Lisboa não consegue responder. Porque as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens não são, primeiro são localizadas, são relativas a uma determinada zona da Cidade, não é uma Freguesia, mas é uma zona da Cidade agregando um conjunto de Freguesias; segundo porque são constituídas por técnicos de diversos organismos e, por exemplo, só uma das comissões é coordenada por um Técnico da Câmara Municipal de Lisboa, as outras são coordenadas por um técnico da Segurança Social, Santa Casa da*

Misericórdia e, acho que são as origens deles, portanto, não é um serviço da Câmara Municipal, não compete à Câmara Municipal de Lisboa colocar em funcionamento as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, mas sim participar, como os outros parceiros. -----

----- As Juntas de Freguesia, têm, e mostram mais facilidade de responder às solicitações das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Eu diria que o dinheiro é o possível, sendo que, para além desse financiamento, que aqui está expresso e delegado nas Juntas de Freguesia, a Câmara assegura as instalações, assegura os consumos de algumas dessas instalações e também participa com técnicos nessas Comissões de Proteção a Crianças e Jovens. É óbvio que se me perguntarem se teríamos vontade de reforçar este apoio, é algo que colocamos em cima da mesa e como hipótese futura para partilhar. -----

----- Não poderei dizer, antes de fechar, sem dizer o seguinte, é óbvio o agradecimento e o reconhecimento que devemos expressar a estas quatro Juntas de Freguesia e às Juntas de Freguesia que antes já aceitaram contratualizar o apoio, o funcionamento das CPCJ. -----

----- Não só queria agradecer às quatro que vão aceitar esta delegação de competências, não estava na Lei que muito temos discutido, mas é mais uma responsabilidade que assumem, mas também a todas as outras Juntas de Freguesia que nos anos antes, têm assumido essa responsabilidade, com esforço, com, por vezes, dificuldades de articulação, porque é uma tarefa árdua e difícil. -----

----- E dizer que, para além das quatro Freguesias, que aceitam esta responsabilidade, espero, e tenho esperança e confiança que, na medida das suas possibilidades, quer de meios humanos, quer de meios técnicos, nomeadamente de recursos de deslocação, carros e outros recursos, as outras vinte Juntas da cidade de Lisboa partilhem também da responsabilidade de colocar em funcionamento, e em apoiar, o mais possível, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. -----

----- Queria também, já que há pouco não o fiz, também felicitar a Assembleia Municipal pela salva de palmas que dedicou às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, a todos os técnicos no seu todo, e é de cada um dos técnicos que estão aqui representados, aqui a assistir a esta, na pessoa dos Técnicos e Coordenadores de Comissões que estão aqui presentes, agradecer todo o seu trabalho que excede, em muito, aquilo que é a responsabilidade de um técnico é exigido, acima do seu trabalho está o seu papel humano, que cada dia se coloca ao dispor da comunidade. Portanto queria, para além da apresentação, agradecer a todos que têm colaborado nas CPCJ de Lisboa.” -----

----- Segue-se a leitura das conclusões do Parecer emitido pela 6ª Comissão à Proposta nº 138/2014, o qual se anexa à presente ata como anexo nº 9 e dela faz parte integrante. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)**, relator da sexta Comissão, fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- “Mais uma vez, Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Senhores Deputados, enquanto relator do Parecer eu vou

proceder à leitura das conclusões, mas primeiro entendo que deveria de manifestar, duas preocupações que não estão expostas aqui nas conclusões, mas que os membros desta Comissão entenderam que eram importantíssimas e portanto eu passo a relatá-los.-- -----

----- Por um lado a preocupação com o valor transferido pela Câmara Municipal de Lisboa face às necessidades destas Comissões, e às suas necessidades operacionais e, por outro lado, a preocupação com a eventual falta de envolvimento das restantes Juntas de Freguesia, ou seja, aquelas com as quais não vão ser assinados estes protocolos. -----

----- Vou passar então a ler as conclusões: -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa e a Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, após a competente autorização por parte da Assembleia Municipal, podem celebrar os contratos inter-administrativos de delegação de competências cuja minuta vem anexada à Proposta e que têm origem na articulação existente entre autarquias locais na prossecução das atribuições respetivas, designadamente no domínio da acção social. -----

----- Compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, bem como autorizar o compromisso plurianual emergente dos referidos contratos inter-administrativos ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, de artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho. -----

----- Face a tudo quanto fica exposto, imperioso se torna concluir que a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

*----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** fez a intervenção que a seguir se transcreve:* -----

----- “Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, da apreciação dos relatórios e da Proposta que aqui vem hoje à Assembleia Municipal, valorizar o apoio que se apresenta nesta Proposta, dizendo que de facto ele é insuficiente, mas ainda assim é um apoio, um ponto de partida e, portanto, há que trabalhar, como o Senhor Vereador diz, para que no futuro se criem melhores condições para estas Comissões de Proteção de menores, portanto, sem dúvida alguma, valorizar este apoio. -----

----- Dizer também que não podemos deixar de realçar algumas preocupações relativamente às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em risco na cidade Lisboa. E estas preocupações são claras e são conhecidas por grande parte das entidades responsáveis nestas áreas. -----

----- Estamos a falar, sem dúvida alguma, do elevado número de processos de cada técnico de cada Comissão de Proteção de menores, estamos a falar da instabilidade do vínculo de alguns destes trabalhadores e estamos a falar, também, de uma necessidade clara de investimento na prevenção com projetos que respondam às reais necessidades das crianças e jovens, e famílias que são acompanhadas por estas comissões. -----

----- Por último, e como forma de reflexão, deitar também uma questão, que valor e que política queremos para a proteção de crianças e jovens em risco na cidade de Lisboa. Pronto, no fundo, era isto que queríamos dizer. Muito Obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** fez a intervenção que a seguir se transcreve:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. É só para reiterar o meu apoio pessoal e do meu agrupamento municipal relativamente às conclusões do parecer, mas também sublinhar a vantagem que haveria em alargar às diversas freguesias, na medida em que poderá disponibilizar-se com mais facilidade alguns dos técnicos que faltam a algumas das Comissões Municipais. De qualquer das formas, tanto na minha condição de Presidente da Sexta Comissão, como na minha condição de Deputado Municipal, total apoio ao Parecer que foi produzido. Muito obrigado Senhora Presidente”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (Independentes)** fez a intervenção que a seguir se transcreve:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, colegas Deputados e Público presente.-----

----- Como já aqui ouvimos dos quatro relatórios das CPCJ, resulta uma identificação de uma série de problemáticas relacionadas com o funcionamento eficiente e a capacidade de resposta nas questões da proteção de crianças e jovens em risco. Faz também um claro paralelo entre o aumento do número de sinalizações face ao deteriorar das condições sócio económicas das famílias. Neste âmbito, é essencial assegurar os meios necessários para uma resposta adequada e célere, não só nas situações sinalizadas, bem como numa aposta cada vez maior na vertente da prevenção.-----

----- Assim, torna-se premente melhorar a articulação entre as CPCJ, os vários parceiros, a Comissão Nacional, a Câmara Municipal de Lisboa, as Juntas de Freguesia e a tutela ministerial na resposta existente.-----

----- No entanto congratulamo-nos com a informação do Senhor Vereador relativamente ao encontro que realizará no dia seis de junho, para debater os direitos da criança, e esperamos que de facto possa trazer avanços numa melhor resposta às crianças e jovens da Cidade.-----

----- Nesta proposta formaliza-se a transferência de meios que permitem assegurar os custos operacionais das quatro CPCJ, como já aqui foi dito, e esperamos de facto que as outras vinte juntas de freguesia, que não sendo alvo deste Protocolo, são por elas servido e pelo trabalho destas CPCJ, possam de facto aumentar o seu contributo para este trabalho de esforço coletivo em favor das crianças e jovens da Cidade.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** fez a intervenção que a seguir se transcreve:-----

----- “Muito obrigado. De forma muito sucinta, mais uma vez eu vos convido a reler, na íntegra, o relatório que foi elaborado, o Parecer que foi elaborado, pois ele foca as questões que nós achamos importantes, contudo, obviamente, o Partido Socialista é favorável a que rapidamente seja autorizado e aprovado esta celebração de

contrato, pois é importantíssimo que as CPCJ possam rapidamente ver esta verba transferida para prosseguir, como é óbvio, com aquilo que são as suas competências e proteger os jovens da nossa Cidade. Tenho dito. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Drago (BE)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público que acompanha o nosso debate, dizer muito brevemente, que eu creio que a última temática que acabámos de analisar, assim como esta Proposta que agora surge, e que abrange a questão das CPCJ, coloca a esta Assembleia Municipal creio que um debate muitíssimo importante, aquilo que era o relatório do trabalho das CPCJ, das suas dificuldades, do problema de conseguir de criar uma articulação que responda às solicitações que, hoje, as CPCJ são alvo no contexto da crise da cidade de Lisboa e a dificuldade de angariar recursos é, por todos nós, reconhecida. -----

----- Ouvimos com muita atenção o Senhor Vereador João Afonso por aquilo que nos disse, ou seja, um conjunto de debates e de trabalho, de acompanhamento, que é mais do que necessário e que nós saudamos e, nesse sentido, obviamente que acompanhamos esta Proposta, que a vemos com muita simpatia. Creio também que há aqui alguns aspetos que eu penso que nós devemos, se calhar, de pensar para o futuro com algum cuidado, primeiro o facto de serem aqui abrangidas apenas quatro Juntas de Freguesia e a argumentação que aqui o Senhor Vereador utilizou que em termos de agilidade, capacidade de resposta esta delegação de competências é mais do que necessária e, portanto, eu creio que ela deve de ser, talvez, pensada no futuro em novos termos. -----

----- Queria também dizer com muita clareza, porque eu creio que estas matérias devem de ser pensadas em conjunto, que há aqui uma manifesta diferença no Executivo da Câmara Municipal da forma como se vê, agora, esta delegação de competências e aquilo que tem sido a informação trazida à Assembleia Municipal do processo de transferências de competências para as Juntas de Freguesia, que tanta informação tem faltado ao debate e ao acompanhamento desta mesma Assembleia Municipal e, não queria deixar de assinalar essa diferença. Muito obrigada.” -----

----- **A Mesa** aproveitou para dar nota de que quer no ponto anterior, quer naquele, existia documentação de consulta que recebemos da Câmara Municipal de Lisboa e que completámos, que esteve à disposição dos Senhores Deputados e que estava sempre disponível, para consulta, na sala de sessões. -----

----- Constatando não existirem mais intervenções, a **Senhora Presidente** colocou aquela Proposta à votação. -----

----- **VOTAÇÃO** – a **Proposta nº 138/2014** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Segue-se a apreciação da Proposta nº 189/2014. -----

----- **PROPOSTA Nº 189/2014 – 1.APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO CONTENDO OS TERMOS DO ACORDO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A “BETTERWORLD”, COM VISTA À REALIZAÇÃO DAS SÉTIMA E OITAVA EDIÇÕES DO ROCK-IN-RIO**

LISBOA, EM 2016 E 2018 E APROVAR SUBMETER A PRESENTE PROPOSTA E A RESPECTIVA MINUTA DE PROTOCOLO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VISTA À DELIBERAÇÃO ACERCA DA ISENÇÃO DAS TAXAS RELATIVAS AO EVENTO; 2. APROVAÇÃO DA MINUTA DE ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A “BETTERWORLD”, NA SEQUÊNCIA DA DELIBERAÇÃO 35/AML/2012 (PROPOSTA Nº 136/2012), COM VISTA À REALIZAÇÃO DA SEXTA EDIÇÃO DO ROCK-IN-RIO LISBOA, EM 2014, a qual se anexa à

presente ata como anexo nº10 e dela faz parte integrante -----

----- **A Senhora Presidente** alertou para o facto de aquela Proposta ter várias alíneas, que a Câmara tinha aprovado, mas que apenas uma delas carecia da aprovação daquela Assembleia, designadamente, o ponto número três. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** fez a intervenção que a seguir se transcreve:-----

----- *“Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados, cabe-me a mim, mais uma vez, apresentar aqui uma Proposta referente ao Rock-in-Rio. Como sabem é uma edição, um festival que já acontece em mandatos anteriores, que nós temos dado continuidade nestes mais recentes. É, de facto, um dos grandes eventos com projeção internacional da cidade de Lisboa. Ao longo dos últimos anos temos conseguido contratualizar com o Rock-in-Rio, uma série de contrapartidas que têm sido, na sua grande maioria, aplicadas na zona. -----*

----- *Lembro-me que foi construída uma ponte de ligação às Olaias, à Bela Vista Sul, que permite uma melhor ligação da Cidade a esta zona, no fundo às duas cidades que existem, uma nas Olaias e outra em Marvila que, agora com alguns arranjos que ainda faltam fazer, que não é da responsabilidade do Rock-in-Rio, vai ser um franco melhoramento, nesta ligação que se pretende e neste corredor verde que é muito importante para a estrutura ecológica da Cidade. -----*

----- *Este ano tivemos a proceder, também, já devem ter reparado, à remodelação de toda a rede do próprio Parque da Bela Vista, que torna o Parque mais aberto à vista, o que oferece também mais segurança. Os eventos têm sido um sucesso, internacionais e nacionais, com enchentes praticamente todos os dias. -----*

----- *Esta edição de dois mil e catorze tem uma particularidade porque também é o pontapé de saída para uma extensão do Rock-in-Rio para os Estados Unidos da América, nomeadamente para Las Vegas. Foi bonito ver uma grande campanha que aconteceu nos Estados Unidos da América, não parecida com esta que vimos pela Champions the Road to Lisbon, mas era Lisbon to Las Vegas, o que permite uma grande projeção do nome de Lisboa no Continente Americano, o que de facto foi muito importante porque vimos em Nova Iorque uma série de cartazes a falar também do nome de Lisboa, mas, para além desta projeção, é de facto um festival que tem conseguido, de edição em edição, um grande sucesso. -----*

----- *Desta vez o que nós propomos para dois mil e dezasseis e para dois mil e dezoito é o investimento, por parte do Rock-in-Rio, substancial no próprio Parque, nomeadamente com o arranjo da casa grande, para que o Parque da Bela Vista tenha*

um equipamento que sirva as pessoas que possam visitar o local, não só durante o Rock.in-Rio, obviamente, principalmente quando não há qualquer evento neste parque. -----

----- Falta isso na Bela Vista, o investimento é grande, mas acho que é necessário ainda por cima porque ele também implica a remodelação dos balneários e do próprio apoio dos jardineiros que ali irão continuar a prestar serviço com meios próprios na manutenção do Parque. Estamos a falar de um investimento, julgo que também têm essa documentação, no valor de cerca de oitocentos mil euros, a isenção de taxas também está identificada qual é o valor deles, aliás os próprios Cidadãos por Lisboa pediram, através da Vereadora Paula Marques, que identificassem esses valores, o que também ficou a fazer parte da própria Proposta, a que equivale o valor desta isenção. -----

----- O problema da isenção de taxas deste tipo de eventos deve-se, faço também esta explicação porque acho que o devo fazer, porque de facto estes eventos só são viáveis se houver esta isenção. Isto também foi afirmado por vários vereadores do PSD na reunião de Câmara, nomeadamente pelo Vereador António Proa, se não houver esta isenção é muito difícil que aja os investimentos que, ou que aja a realização destes eventos. Portanto há aqui qualquer coisa que provavelmente a Câmara ou a Assembleia Municipal mais tarde ou mais cedo tem de rever, que é a própria tabela das taxas quando é estas circunstâncias, mas até lá, pelo menos, uma prática que é legal, que é esta, de a Assembleia Municipal ter a possibilidade de isentar taxas para que aconteçam estes eventos. -----

----- São as isenções de taxas que permitem os eventos, portanto não há uma relação direta com, bom a Câmara está a perder este dinheiro, não, a Câmara se não isentasse taxas, não tinha este evento. Ter este evento é importante para a Cidade pelas razões que eu já disse, mas também porque nos últimos mandatos conseguimos, de facto, contrapartidas substanciais, não estamos a falar de uma verba pequena, neste momento estamos a falar de uma verba que excederá os oitocentos mil euros na recuperação de edifícios e de património da Cidade que vai ficar ao dispor, depois também, desta nossa própria Cidade. Aqui com uma particularidade situa-se precisamente, como eu já referi, entre as Olaias e o Vale de Chelas e, portanto, é uma peça essencial no corredor verde que nós queremos fazer e acabar, provavelmente para o ano, que vai precisamente desde o Areeiro, ou ali da Afonso Costa, até o Tejo, atravessando, portanto, o Casal Vistoso, que é aquilo que nós estamos a tentar arranjar, Bela Vista Sul, Bela Vista Norte, Hortas de Chelas, que estão praticamente prontas, é um parque lindíssimo também, onde temos um parque de skates, que também foi uma das contrapartidas de edições anteriores do Rock-in-Rio, depois Vale Fundão, onde esperamos fazer também essa continuidade muito em breve, Quinta das Flores, quinta das Flores na estátua do José Guimarães, estamos no Tejo. Vai ser um corredor único na Europa onde o Parque Bela Vista vai ser uma peça essencial e, este equipamento, que estamos aqui hoje também a isentar de taxas na sua construção é um equipamento municipal, é uma peça essencial, para que as

peças se sintam bem em todos estes bocados deste percurso que eu agora citei. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** informou que aquela Proposta tinha um Parecer da Primeira Comissão, o qual se anexa à presente ata como anexo nº 11 e dela faz parte integrante. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Roque Alexandre**, relator da 1ª Comissão, leu as conclusões do Parecer emitido por aquela Comissão à Proposta nº 189/2014.-----

----- “ *Boa tarde Senhora Presidente e respetiva Mesa, boa tarde caros colegas Deputados e Deputadas, boa tarde também aos Senhores Vereadores aqui presentes, estimado público e funcionários desta casa. Com o apelo da Senhora Presidente eu vou-me reportar só às conclusões:*-----

----- *A Comissão recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que informe a Assembleia Municipal de Lisboa de qual a valoração previsional que atribui a cada uma das Contrapartidas propostas, para que se possam claramente avaliar os benefícios que esse evento representa para a cidade.*-----

----- *Foi atribuído em 2013 ao “Rock in Rio”, a certificação ISSO 20121 – Eventos sustentáveis atribuído pela APCER.*-----

----- *A Comissão congratula-se pela organização assumir o compromisso de adoção dos requisitos desta Norma para a edição do “Rock in Rio” – Lisboa.*-----

----- *Os Srs. Deputados dos Agrupamentos Municipais, subscritores do presente Parecer, declararam reservar para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.*----

----- *Assim sendo, depois de uma análise detalhada, a Comissão entende que a Proposta nº 189/2014, cumpridos os prazos regimentais aplicáveis, está em condições de ser apreciada e votada em reunião plenária da Assembleia Municipal.*---

----- *O presente parecer foi aprovado por maioria com 1 voto contra do PCP e 1 abstenção de 1 Deputado Independente. Muito obrigado.”*-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** fez a intervenção que a seguir se transcreve:-----

----- *“Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores membros da mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, membros do público.*-----

----- *Primeiro para informar a Senhora Presidente que nós nos revemos em absoluto nos termos do Parecer que foi elaborado na primeira Comissão e, depois, fazer a seguinte soma de informações, está portanto em curso uma das mais relevantes ações de animação popular e cultural que em boa hora o PSD trouxe para Lisboa e para Portugal, cujo êxito alcançou já projeção planetária, podendo dizer-se que o Rock-in-Rio evoca já, de forma indelével, a marca Lisboa.*-----

----- *A qualidade e oportunidade do evento atraem à nossa Cidade uma multidão de jovens de todas as idades que literalmente vibram com o ambiente cosmopolita e musical que aí se vive, dando-lhe uma tal importância no panorama artístico que não há responsável na Cidade que não se congratule, agora, com a sua realização regular. Houve quem duvidasse. Houve quem lutasse. Houve quem não acreditasse. E porém os factos aí estão para demonstrar que tínhamos razão.*-----

----- Tínhamos razão em conceder um espaço amplo para o evento, em contribuir com meios para a sua realização, em aceitar a isenção excecional de taxas camarárias, dando assim lugar e condições para a realização deste festival de massas que, de outra forma, não se efetuaría nem implantaria. Senhora Presidente, é um sucesso indesmentível. -----

----- Mas os sucessos têm também de ser ponderados e têm também que ser controlados. Têm que obedecer a requisitos de verificação democrática, têm de poder ser escrutinados e têm, sobretudo, de ser equilibrados com outras opções, com novos acontecimentos no espaço público com carácter marcadamente cultural e a quem sejam concedidas condições equivalentes de apoio municipal. -----

----- Notoriamente não tem existido por parte da Câmara o ímpeto necessário à criação, à organização de ações complementares que sejam igual polo de atração a Lisboa e que muita falta têm feito à nossa Cidade. Qual então a nova organização artística municipal que se possa considerar ser contraponto clássico e erudito, ou mesmo popular, equiparando-se à importância universal do Rock-in-Rio em Lisboa? Não há, não existe, não se vislumbra. Uma verdadeira decepção Senhora Presidente. ---

----- Por outro lado, releva e sobreleva a importância de que a organização do Rock-in-Rio, que dinamizamos, se apresente a Lisboa sempre de forma clara e transparente, permitindo a sua apreciação pelos poderes fáticos da Cidade, e que a necessária transparência muitas vezes falta a quem detém a competência municipal no espaço público. -----

----- De facto, não é aceitável, não é compreensível que um evento que custa à Cidade, entre despesas diretas e taxas, a enormidade de mais de oito milhões de euros, e que não se apresente clara a quantificação das respetivas contrapartidas. ----

----- Foi difícil a esta Assembleia Municipal, assegurar o cumprimento do princípio básico dessas contrapartidas neste evento e, sobretudo, tem sido impossível acompanhar com precisão, por falta da devida informação camarária, a execução dessas contrapartidas e, só se sabe que parte ainda não está concretizada, mas não se sabe exatamente quais e em qual parte. -----

----- Agora esta Proposta número cento e oitenta e nove de dois mil catorze que está em apreço na Assembleia para isenção de taxas e obrigação de custos das edições dois mil e dezasseis, dois mil e dezoito, não só não quantifica a taxa de execução dos anos anteriores, como nem sequer se discrimina o montante efetivo ou sequer previsional de devolução direta à Cidade. -----

----- Muito bem esteve a Primeira Comissão Permanente Municipal de Finanças, Património e Recursos Humanos em recomendar à Câmara Municipal que informe o valor bruto dessas contrapartidas ínsitas no Protocolo a estabelecer com os organizadores, o que aqui apoiamos e reiteramos. -----

----- Não venha alegar-se, porém, a pretensão de deixar-se indefinido o teto do esforço financeiro da organização, priorizando a execução completa das obras correspondentes, o que assim resultaria na impossibilidade de fiscalização da sua concretização. Se há rigor no apoio que prestamos, há que ter igual rigor e

transparência na informação do retorno à Cidade. É uma exigência, e é uma obrigação. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público presente. Gostaria de colocar duas notas prévias em relação à realização do Rock-in-Rio dezasseis, dezoito ou, dois mil e dezasseis, dois mil e dezoito, ou seja, chamar à atenção que em relação à decisão que nós vamos assumir de seguida, em relação à realização do Rock-in-Rio dois mil e dezoito, ultrapassa claramente o mandato seja da Câmara, seja desta Assembleia Municipal e, portanto, não nos parece muito curial que tanto a Câmara como esta Assembleia Municipal esteja a assumir decisões sobre esta matéria quando isto ultrapassa o seu mandato, primeira nota. -----

----- Segundo, não colocando em causa que esta realização tem projeção internacional que dignifica a cidade de Lisboa, achamos que tanto nesta Proposta e no Parecer em relação a esta proposta cento e oitenta e nove, deveria advir, e a Câmara deveria de fornecer, não só aos Deputados Independentes, e que esclareceu isso em Câmara, mas era importante que tivesse distribuído não só à Comissão, como também a esta Assembleia, os valores concretos das contrapartidas e das isenções de taxas que são assumidas. -----

----- Porque o valor que está em causa não é simplesmente dois vírgula nove milhões de euros, é muito mais que isso: são isenções de taxas para pagamento de licenças que têm um desconto de cem por cento no aluguer da Câmara Municipal de Lisboa de equipamentos, materiais e de cascalho, bem como a isenção de taxa de licença camarária da contrapartida em relação à Casa Grande da Bela Vista, isso também custa dinheiro; a garantia das boas condições do local e todas as infra estruturas; as estruturas de equipamentos de apoio para a produção; fornecer serviços de limpeza e de realização de resíduos sólidos, bem como, em relação ao pessoal de suporte e da limpeza que é necessário fazer em relação ao parque. Portanto, isto tudo custa dinheiro, a taxa de ruído, ocupação de parque, já foi aqui quantificado que poderia custar tudo oito milhões de euros, no entanto, acho que isto deveria de ser colocado logo à cabeça quando veio a Proposta, devia de ter vindo especificado todas estas isenções que é colocado. -----

----- Portanto o Bloco de Esquerda, mais uma vez, reafirma que não concorda com esta ocupação, com esta isenção de taxa. Acho que não vale continuarmos a fazer a chantagem que aqui fez o Senhor Vereador Sá Fernandes, como também o Senhor Vice Presidente, que disse que se cobrássemos a taxa de dois vírgula quatro milhões de euros não havia evento. Acho que é preciso que o dinheiro, e que todas as isenções que são havidas para a realização do Rock-in-Rio devem ser também havidas à Câmara Municipal e, portanto, pensamos que não é admissível que, mais uma vez, estejamos a colocar estas verbas só com uma contrapartida que nem de perto, nem de longe cobre estes oito milhões que é de isenção de taxa. E, portanto, dizer aqui estas

duas notas que me parecem muito importantes para a nossa decisão, em relação a este evento. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- *“Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. O Rock-in-Rio é uma grande realização cultural, de divertimento e de dinamização da Cidade, mas, é também, uma grande realização comercial, por isso, a nossa posição a este tema é que todos os componentes desta realização, vantagens, benefícios e custos, devem ser equacionados.* -----

----- *A leitura falaciosa de que sem benefícios e, particularmente, sem isenção de taxas não se realizaria este evento, não está provada.* -----

----- *Por outro lado, entre a isenção de taxas e pagar alguma isenção a cem por cento e qualquer outro tipo de isenção que não a cem, qualquer outro número menos que cem pode existir, até zero, não isenção, ou isenção a cinquenta, cinquenta e um, trinta e dois, o que quiserem. É possível ter uma leitura melhor, mais objetiva em relação à isenção.* -----

----- *A questão da isenção não se põe só neste acontecimento importantíssimo. Não é o único que há na Cidade nem seria o único que queremos que haja na Cidade. Esta questão da isenção põe-se depois outras isenções e, digamos que todas as outras realizações também deveriam de ser isentas, a festa de bairro, a realização comercial, outras realizações comerciais na Cidade também deveriam ter isenção. Há uma questão de desigualdade clara.* -----

----- *A outra questão importante é relação custos-benefícios. Às vezes sinto que alguns dos que gostam de elogiar esta realização, gostam de elogiar dizendo todas as vantagens que eu quase me convenço, quase nos convencemos de que o Rock-in-Rio foi feito só para promover a cidade de Lisboa. O objetivo principal não é ter vantagens comerciais, nem outras, só é uma realização, quase diria, uma realização da Câmara, feita para promover a Câmara fora, no estrangeiro, nos Estados Unidos, eu penso que até, nas ilhas longínquas da Polinésia chegará por certo um dia. Não. Isto não foi feito nem está com essa intenção. É uma vantagem marginal, natural de uma grande realização. A Cidade ganha mas não é a única a ganhar e talvez, até, não seja a principal a ganhar. Eu até perguntava aqui, aos que defendem esta situação, se conhecem os lucros, as vantagens económicas retiradas por esta realização. Pelo menos sabem que esta realização paga impostos, pagará outras vantagens, mas não são para o Município, digamos que até serão para o País.* -----

----- *Mas então e para a Câmara Municipal, que alberga esta realidade, só vêm os custos? E aqui já foram evocados, até por um Deputado anterior, os custos que o próprio Município tem, arranjar o terreno, veja-se a cláusula quatro do Protocolo, é que há mais de uma dúzia de contrapartidas, não é de contrapartidas, é de partidas da Câmara por conta desta realização. Nem ao menos pagarem esta parte, que é um investimento direto da Câmara na realização? Se me disserem e se me provarem que é um acontecimento que, do ponto de vista comercial, tem resultados negativos, eu estarei cá para discutir e para ver essa realidade em concreto e, então poderíamos*

dizer: esta realização não teria êxito se não tivesse esta subvenção. Não vi ainda, dito nem escrito, nem afirmado que esta realização comercial para além da magnitude cultural e de divertimento tem na nossa Cidade.-----

----- Por isso nós votamos contra, porque não está provado que os benefícios tenham, sejam claramente superiores aos custos. -----

----- Também é verdade, também se pôs aqui e põe-se a questão, que neste processo de contabilidade de vantagem e, neste caso, de desvantagens, as taxas já não são só na realização, até na contrapartida mal fundada e mal contabilizada, até as taxas da obra na contrapartida também são incluídas. Digamos que é dar muito sem obrigatoriamente ter contrapartidas clarificadas. Eu acho que é um erro, não demonstrado em contrário, é um erro não contabilizar, não valorizar o pagamento de taxas como uma forma de ressarcir o Município das despesas diretas que tem nesta atividade. -----

----- Quanto às vantagens estamos todos de acordo, ou quase todos, com as vantagens do ponto de vista do acontecimento, mas não nos deixemos enganar, o acontecimento não foi, nem continua a ser feito, só para vantagens do Município, venham com essa falácia, isto foi feito só para benefício de Lisboa, isto foi feito para benefício, também, dos organizadores, e esta perspectiva comercial é relevante e não pode ser negada. Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- “Muito boa tarde. Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, colegas Deputados, imprensa, público, a todos queria dizer umas palavras que não serão muito diferentes das que os colegas anteriores já manifestaram. -----

----- Nós somos, em princípios, favoráveis a estes acontecimentos culturais desde que não representem um prejuízo para o Município. E é este, exatamente, o problema que se coloca. É se representa ou não um prejuízo global para o Município. -----

----- Existem as vantagens que são evidentes, existem contrapartidas mais ou menos objetivas, umas completamente subjetivas ou que, pelo menos, não estão devidamente quantificadas e, portanto, aquilo que se está a pedir a esta Assembleia é que vote mais do que perante uma análise cuidada, vote apenas com a sua emoção relativamente a se acham bem ou não ao Rock-in-Rio. -----

----- Nós achamos que não é assim que se devem colocar as questões e gostaríamos que esta Proposta aparecesse de novo de outra forma, com uma contabilização dos custos e benefícios diversa daquela que foi apresentada. -----

----- Basicamente estamos de acordo com o parecer da Primeira Comissão. Sendo assim é nosso desejo votar a favor quando a Proposta vier, se vier outra vez, até lá, o nosso voto terá de ser contra. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (Independentes)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público presente. -----

----- *Apreciamos hoje a Proposta número cento e oitenta e nove de dois mil catorze, que submete a esta Assembleia o ponto três, nela constante, sobre a isenção de taxas à sétima e oitava edições do Rock-in-Rio, em dois mil e dezasseis e dois mil e dezoito, bem como das taxas e licenças das obras de recuperação da Casa Grande da Bela Vista e funcionamento da cafetaria instalada na mesma.* -----

----- *A presente Proposta surge no seguimento de outras edições idênticas, dois mil e quatro, dois mil e seis, dois mil e oito, dois mil e dez, dois mil e doze, sobre as quais recaíram igualmente isenções de taxas semelhantes. Na reunião da Comissão de Finanças, ocorrida nesta Assembleia Municipal, tivemos conhecimento, por um lado, da estimativa de taxas a isentar e, por outro, das contrapartidas a haver para a Cidade, a saber, uma isenção que se estima que seja de dois vírgula nove milhões de euros e um valor estimado de contrapartidas para a Câmara de oitocentos mil euros.* -

----- *Antes de prosseguir queríamos saudar, para já, que foi a primeira vez que tal aconteceu, a apresentação destes primeiros valores e que julgamos que é um passo positivo, relativamente às outras edições do Rock-in-Rio, e gostávamos de deixar esta nota.*-----

----- *É também referido, no Parecer da Comissão e na Proposta, algumas das externalidades positivas que se preveem ter sido geradas por este festival. Por isso, obviamente, saudamos a realização do festival, porém, gostaríamos de colocar ainda um conjunto de questões que nos parecem pertinentes por acharmos que não estão completamente esclarecidos na Proposta.* -----

----- *Primeiro o facto de existir, e é óbvio, e foi já apontado por outras forças políticas, existir um desequilíbrio entre as isenções e as contrapartidas, o que representa uma dúvida de qual é que será o verdadeiro balaço para as contas do Município. E, também, o facto de existirem, para além de possíveis contrapartidas a serem efetivadas, que podem ainda não estar contabilizadas, também outros encargos assumidos pela Câmara que não estão, de todo, contabilizados neste balanço, a adaptação do terreno, a questão dos pontos de água e luz, apoio à recolha de resíduos urbanos, etc. O facto, também, que apontamos de não existir uma política única da Câmara sobre a isenção de taxas, sendo que, já o dissemos também em mandatos anteriores, este deveria de ser um processo igual para todos e portanto, talvez, e até como já foi aqui levantado e até pelo próprio Vereador, talvez valesse a pena rever a própria questão da tabela de taxas do Município, e isso é um desafio que gostávamos de lançar perante as dúvidas que também surgem relativamente a esta Proposta.* -----

----- *Ainda gostávamos de apontar o facto de apenas serem tomadas em conta na Proposta as externalidades positivas e não outras que possam ser negativas e existem também, as questões do ruído, das perturbações de trânsito, fala-se também na criação de emprego, mas não no facto dele poder ser temporário ou precário; portanto há uma série de outras questões que também deveriam de ser tomadas em conta quando se faz o balanço de operações como estas.* -----

----- *Por outro lado, este é obviamente um evento organizado por uma entidade privada, gera mais-valias, não temos conhecimento de quais são (...) absorver este*

custo da isenção de taxas e o facto de não conhecermos, e este é talvez o ponto mais importante, o verdadeiro impacto económico deste evento por parte da cidade de Lisboa, em termos de turismo, comércio, ou até outros fatores e, também, a somar a isto o facto de não conhecermos por parte da empresa “Better World”, da qual gostaríamos de saber também o balanço financeiro da operação para o lado. E portanto perguntávamos se, primeiro, já colocamos a questão se valeria a pena rever não só a tabela de taxas, porque este não é, este é talvez um dos maiores, mas não é o único evento da Cidade, portanto se calhar valeria a pena ser visto; também perguntamos se a isenção tem, de facto, de ser total, se não poderia haver aqui um equilíbrio ou a diminuição do equilíbrio e propúnhamos que se fizesse um estudo económico das externalidades deste festival para podermos aferir e julgo que, ao final de dez anos, julgamos que tal será possível, quais são os ganhos e as perdas, ou os custos e benefícios para a cidade de Lisboa do mesmo para podermos aferir da tal diferença que aqui se apresenta. -----

----- Contudo até termos conhecimento do real valor, do impacto para a cidade de Lisboa destes factos, não nos sentimos, para já, em condições de dar o nosso aval total a esta Proposta, até serem esclarecidas estas dúvidas, o que pedimos também que fosse feito pela Câmara. Muito obrigado.” -----

*----- **O Senhor Deputado Municipal José Alexandre (PS)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----*

----- “Ora boa tarde a todos, mais uma vez. O Rock-in-Rio é, sem dúvida, o maior evento de música do mundo. Ao longo de quase trinta anos, tornou-se uma parte relevante da história musical mundial. -----

----- Nas edições já realizadas em Portugal, concretamente em Lisboa, assistiram ao vivo mais de um milhão e meio de pessoas, levando todos os estilos de música aos mais variados públicos desta Cidade e do País também. O Rock-in-Rio não se ficou pelo tema musical, felizmente, tornou-se mais interessante ao abordar, e concretizar, para a cidade de Lisboa, temas como a sustentabilidade, apoios de cariz social e ambiental. O seu compromisso é, também, consciencializar os cidadãos de que com pequenas atitudes dia a dia podemos fazer um mundo melhor. Um dos exemplos que eu vos queria dar foi o acordo firmado entre o Rock-in-Rio e a Santa Casa para melhorar a acessibilidade e conforto das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no acesso ao edificado público privado. Garantir a acessibilidade ao meio envolvente é assegurar o exercício de cidadania e de autonomia às pessoas com deficiência. É, com certeza, uma causa nobre que nos satisfaz a todos. -----

----- Outro exemplo é o acordo do Rock-in-Rio com a Caixa Geral de Depósitos com vista a resolver o problema das crianças que não dispõem de um espaço apropriado para o estudo e para a realização dos trabalhos de casa. Esta é a realidade em que vivem cerca de cento e cinquenta mil crianças. Este projeto designado Dar mais ao Mundo, é um projeto social da Caixa em parceria com o Rock-in-Rio e também com a colaboração da SIC Esperança, Entreatjada e Sair da Casca. -----

----- O objetivo é angariar para a criação ou reforço de sala de estudo em instituições de solidariedade social, as IPSS. Para que as crianças do Primeiro Ciclo possam dispor de um espaço para estudar depois das aulas. -----

----- Uma das grandes preocupações da organização é com o próprio evento, sendo o Festival auditado por organizações internacionais das mais credíveis no que se refere à sustentabilidade, à mobilidade, à eficiência energética, ao objetivo do selo Zero de Carbono, à doação de sobras de alimentos, à doação de materiais utilizados durante o evento. -----

----- O Festival Rock-in-Rio contribui com a atividade comercial turística, impostos diretos e indiretos, em centenas de milhões de euros para a economia da Cidade e do País. -----

----- Considero este evento como de maior importância para a cidade de Lisboa, pelo que o Partido Socialista concorda com a isenção do pagamento de taxas para as licenças municipais relativas à realização do Rock-in-Rio Lisboa em dois mil e dezasseis e dois mil e dezoito, respetivamente, as sétimas e oitavas edições. Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, restantes membros da mesa, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas, Senhores e Senhores Funcionários. -----

----- O executivo submete à AML novas isenções do pagamento das taxas devidas à CML pela realização do “Rock in Rio Lisboa”, no caso da Proposta nº 189/2014, para os anos de 2016 e 2018, bem como das taxas e licenças devidas pela realização das obras de recuperação do edifício designado por “Casa Grande da Bela Vista” e funcionamento da cafetaria/espço cultural a instalar no mesmo. -----

----- Em anos anteriores, “Os Verdes” têm repetidamente alertado para situações pouco claras que advêm da realização do “Rock in Rio- Lisboa” no Parque da Bela Vista e das recorrentes sucessivas isenções do pagamento de taxas. -----

----- Ainda que de uma forma sintética, o senhor vereador dos Espaços Verdes lá vai improvisando algumas respostas. São as várias dezenas de milhares de euros de isenções pelas denominadas “ações de delegação”, os largos milhões pela “licença especial de ruído”, bem como outros tantos milhões pela ocupação do Parque da Bela Vista com estruturas da promotora ‘Better World’, mas são-no também pela utilização de meios humanos da CML. E para esta situação específica, como a CML transferiu funcionários para as Freguesias e agora precisa deles de novo, pede a algumas Juntas que lhe voltem a emprestar trabalhadores da área da higiene urbana para proceder à limpeza do recinto. Uma boa trapalhada a nível de planeamento! -----

----- Mas do lado das contrapartidas financeiras a que a CML teria direito, como não foram apresentados valores no mínimo aproximados, supõe-se que o executivo irá abdicar de receber mais uns quantos milhões. E nem é por uma questão básica de ausência de transparência, mas apenas porque o senhor. vereador optou por uma navegação à vista, algures in tempore oportuno, do tipo depois logo se verá. -----

----- E que mais vai sobrando de ano para ano? Porque continuam por ser executadas as contrapartidas ainda pendentes de anos anteriores? Ambientalmente o panorama continua sem ser o melhor. E “Os Verdes” já por diversas vezes aqui apresentaram alguns contra-argumentos válidos, como, por exemplo, as agressões sobre a estrutura natural do Parque da Bela Vista. É ou não verdade que o Parque está mesmo a precisar de uma reabilitação que o devolva ao usufruto dos residentes e das famílias em geral para lhe dar uma vivência permanente? -----

----- A CML alega ainda as vantagens da publicidade da cidade em algumas linhas da imprensa estrangeira, a bem do turismo, claro. Mas não se preocupa com os cidadãos que residem nas zonas envolventes do evento e têm de suportar elevados níveis de decibéis durante as horas do normal descanso noturno. -----

----- Por isso “Os Verdes” desde sempre têm defendido que já há muito deveriam ter sido estudadas e apresentadas a esta AML novas localizações para este evento, à semelhança do que acontece com o Rock in Rio Madrid, que se realiza nos arredores da cidade num parque construído de raiz para o efeito, servido pelo Metro, uma vez que o Parque da Bela Vista até poderá futuramente albergar ainda as futuras instalações do Hospital de Todos os Santos, cuja existência não poderá de forma alguma co-habitar com festivais deste género. -----

----- A nível dos transportes, constata-se que cerca de 70% do público que se desloca ao Rock in Rio vem da área metropolitana de Lisboa. E que nos preocupa é que, no evento anterior, mais de 55% desse público se deslocou até ao evento de automóvel, em detrimento dos transportes públicos. Para uma empresa que se intitula como defendendo “a better world”, no âmbito do projeto “por um clima melhor”, mereciam ser melhor contabilizadas as emissões de gases com efeito de estufa associados a este evento. -----

----- E poderíamos continuar a reapresentar os mesmos argumentos dos anos anteriores, mas a conclusão óbvia é que a falta de objetividade e de transparência da presente Proposta continua sem acautelar os legítimos interesses dos lisboetas, quer financeiros, quer ambientais.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, vou responder, e para ser sucinto vou dizer o seguinte: foi apresentado em reunião de Câmara e, julgo, aqui na Assembleia Municipal, mas se for preciso será enviado após a votação essas notas de todos os custos referentes à isenção de taxas e em relação aquilo que utilizamos de meios da Câmara, quer número de trabalhadores para apanha de resíduos sólidos, eletricitas, em termos de horas, está tudo contabilizado na proposta que foi entregue na reunião de Câmara e que posso dizer os números, isto ronda por edição cerca de três milhões e quinhentos mil euros, dois milhões e novecentos mil euros em taxas de ocupação de espaço público e a restante contabilização de todas estas verbas referentes a jardineiros, homens dos resíduos, eletricitas, etc. Portanto, isto foi entregue na Câmara Municipal de Lisboa ao mesmo tempo de entrega da proposta, e eu posso

fazer chegar à Assembleia Municipal. Mas os números são claríssimos em relação a esta matéria.-----

----- Em relação às contrapartidas os números também eram claros. Mais, desta vez, nós resolvemos que as contrapartidas fossem muito objetivas. -----

----- O próprio projeto da “Casa Grande”, existe o projeto de execução que está anexo à proposta. Sabemos, exatamente, o que deve ser feito. E porque é que pedimos a isenção dessa obra? Porque era uma obra municipal. E para não haver dúvidas jurídicas se uma obra municipal tinha de pagar taxas, ou não tinha de pagar taxas, que eu acho que até não tinha, mas por uma questão de transparência para que não houvesse dúvidas nenhuma, resolvemos também trazer à Assembleia Municipal para que caso houvesse dúvidas elas estivessem isentas. Porque o edifício era municipal e vai ficar municipal para sempre. A sua exploração é que vai ser feita até 2018, e depois fica o edifício completamente livre da Câmara. -----

----- Mas era um edifício que era da Câmara desde já, e as obras era do edifício municipal que por maioria de razão não têm de pagar taxas.-----

----- É evidente que eu percebo que, provavelmente, nós podíamos ter aqui informações sobre a “*Better World*”. Mas lembro que na edição anterior eu não podia apresentar um estudo económico em relação a 2014, nem podia arranjar um estudo económico em relação a 2016 e 2018 porque era uma previsão para o futuro. Mas existe aqui, na Assembleia Municipal, em relação às edições anteriores estudos económicos que acompanharam as propostas anteriores, e essas propostas, os estudos económicos em termos de visibilidade, impacto económico, impacto turístico, estão lá bem esclarecidos, que estamos a falar de muito dinheiro. É evidente que são estudos que são sempre subjetivos porque se há partes que são objetivas, eles são sempre subjetivos em relação á matéria que os Senhores Deputados queriam ser esclarecidos. -

----- Uma coisa é certa, em número de taxas, isenção de taxas e trabalhadores, os números estão corretos e foram apresentados, existem aqui na Câmara, e correspondem, aliás, às edições anteriores. -----

----- Em relação ás contrapartidas, elas estão aqui contabilizadas e até com estudos, com projetos concretos para serem realizados. E aqui a única coisa que não foi feita das contrapartidas anteriores, foi até a pedido da Câmara, e recito as coisas que ainda não foram feitas; não foi feita a continuação da rede do Parque da Belavista junto da encosta a pedido da Câmara para termos um melhor estudo da encosta que dá para a Gago Coutinho que dissemos ao Rock in Rio para esperar até agosto para colocarmos a rede. E o compromisso é colocarmos o resto da rede até agosto. E a outra contrapartida que não foi concretizada prende-se com a remodelação de um café no Bairro. E porque é que a remodelação do café não foi feita? Não foi feita porque de um acordo com a vereação social, com a GEBALIS e com a Câmara Municipal de Lisboa, e com o Manuel Salgado, achamos que era melhor esperar que essa remodelação fosse compatibilizada com o projeto todo desse quarteirão. E vai começar em agosto. E, portanto, houve uma mudança de remodelação desse bairro, desse quarteirão todo. Esperamos. Pedimos ao Rock in Rio para não avançar com a

remodelação do café. Agora as coisas estavam fixadas entre os vários pelouros e o Rock in Rio pode avançar em relação ao café. -----

----- Em relação a todas as outras obras, foram feitas, a ponte, o parque de skates, o resto da rede toda da Belavista, a própria remodelação do terreno também foi feita, toda, pelo Rock in Rio.-----

----- Tem piada o BE ter a posição que assume agora. Eu quando representei o BE fiz um acordo com o Rock in Rio para que houvesse contrapartidas. Não mudei de posição, mas houve quem mudasse.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** disse que tinham terminado as intervenções e que a Mesa iria pôr à votação apenas e exclusivamente, o ponto terceiro da **Proposta nº 189/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com votos contra do PCP, do BE, do PEV, 2 IND e do PAN, com as abstenções de 3 IND e do MPT, e com os votos a favor do PS, do PSD, do CDS-PP, e do PNP.-----

----- **PONTO 6 – DEBATE ESPECÍFICO SOBRE FUNDOS COMUNITÁRIOS 2014-2020 – APRECIACÃO DAS POSIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA NO CONSELHO METROPOLITANO DE LISBOA SOBRE O PROGRAMA DE AÇÃO REGIONAL E OS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DE LISBOA 2014-2020, AO ABRIGO DA ALÍNEA B), DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

----- **A Senhora Presidente** disse que o Senhor Presidente da Câmara já se tinha juntado aos trabalhos, o qual saudava, pelo que iriam iniciar o debate específico sobre os Fundos Comunitários 2014-2020.-----

----- Referiu que a atual legislação não cometia à Assembleia Municipal nenhuma competência naquela matéria, apenas lhe dava o poder de seis em seis meses poder chamar o Secretariado Executivo, ou o Conselho Executivo, do Concelho de Lisboa para prestar contas à Assembleia Municipal. Acontecia que aquele órgão executivo ainda não estava criado e o Conselho Metropolitano de Lisboa, atualmente, era constituído, apenas, pelos Presidentes das Câmaras, sendo que o único modo que a Assembleia tinha de acompanhar um processo que era da maior importância para o município era pedir ao Senhor Presidente da Câmara que representava o município no Conselho Metropolitano e que também era seu Presidente, que desse conta ali das posições que o Conselho Metropolitano tinha tomado sobre os vários documentos que integravam toda a panóplia de instrumentos do próximo quadro estratégico de Fundos Comunitários 2014-2020.-----

----- Sublinhou que a Assembleia recebeu os pareceres do Conselho Metropolitano que foram analisados pelas várias comissões, tendo aquelas comissões feito um trabalho intenso. Chamaram, inclusivamente, a responsável de equipa da missão da Câmara Municipal de Lisboa e que acompanhava aquela matéria, para dar explicações nas comissões, e foram apreciados os seguintes documentos pela Assembleia; o Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020, que era um plano mais genérico e que foi apreciado e o parecer dado pelo Conselho Metropolitano, pela segunda comissão que

tinha um parecer sobre aquela matéria. O Programa Operacional Lisboa 2014-2020, foi distribuído por todas as comissões, tinha um parecer da primeira comissão, segunda e sexta comissão. O Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos que foi apreciado pela quarta comissão e tinha um parecer. O Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego também foi apreciado pela sexta comissão e tinha o respetivo parecer. O Programa Operacional de Capital Humano, foi apreciado pela sexta e sétima comissão e tinha os respetivos pareceres. E, finalmente, o Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização não tinha ainda pareceres das comissões, embora tivesse baixado à segunda e à oitava comissões. Mas já estavam agendadas reuniões para apreciar aquele programa. -----

----- Em resumo, disse que a Assembleia tinha feito ali um trabalho de fundo, aprofundando as matérias, informando-se sobre as mesmas, e aquilo que a Mesa gostaria de dizer, antes de iniciar-se o debate, a Mesa gostaria de propor a todos os Grupos Municipais e aos Senhores Deputados Independentes um trabalho de síntese de todos aqueles pareceres, ou seja, a Mesa iria procurar, com base em todos os pareceres, e em todas as recomendações, fazer um projeto de deliberação que depois enviariam a todos os Grupo Municipais e Deputados Independentes para ser apreciado em Conferência de Representantes para que no final resultasse uma posição daquela Assembleia Municipal sobre aquela matéria, até porque era uma matéria que iria ter continuidade e que interessava a todos como eleitos de Lisboa. -----

----- Portanto, naquele dia não iria haver deliberação, iriam, apenas, trocar informações e pedir explicações. Mas, seguramente, com o trabalho já feito, seria possível chegar a uma situação que lhes permitisse ter uma posição de fundo e um papel ativo naquela matéria. -----

----- A Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, queria saudar a Assembleia Municipal pela iniciativa daquele debate porque, como tenho insistido ao longo dos últimos dois anos, o debate sobre o próximo quadro comunitário é absolutamente fundamental. Não só porque é sempre, mas porque estamos numa conjuntura muito especial onde, devido à limitação do crédito, o investimento privado será, certamente, limitado. E onde, em fundo de razão das nossas finanças públicas o financiamento público com capitais próprios, seja do Estado, das regiões ou dos municípios, são seguramente, muito limitados. -----

----- Por isso, a única verba que podemos ter como certa e segura para os próximos sete anos são as verbas que resultam dos financiamentos comunitários. Eu diria que a discussão do próximo quadro comunitário é mais importante que alguma vez, foi. -----

----- A União Europeia definiu logo em março de 2010, a estratégia enquadradora que foi designada Estratégia Europa 2020. E definiu com base em três objetivos fundamentais, um crescimento inteligente, um crescimento sustentável e de um crescimento inclusivo. -----

----- Ora, com base nesta estratégia europeia, foram sendo elaborados os diferentes regulamentos comunitários. Esses regulamentos comunitários foram todos aprovados

em dezembro de 2013, e já delimitam, bastante bem, quais são, quer as prioridades, quer os instrumentos de intervenção com base nos fundo comunitários para os próximos sete anos.-----

----- Estamos, agora, numa fase em que os diferentes Estados apresentaram à União Europeia a chamada proposta “Acordo de Parceria”, que é o documento com base no qual se adapta a aplicação dos regulamentos comunitários ao quadro concreto de cada um dos países. Neste momento, só quatro países têm o seu acordo de parceria assinado. O acordo de parceria português tem estado em negociação em sucessivas versões, entre o Estado Português e a Comissão Europeia. E a fazer fé na última indicação do Senhor Ministro Poiães Maduro, só se prevê a sua assinatura para depois do verão.-----

----- Ora, convém não ignorar que o anterior quadro comunitário esgotou a sua aplicação, em dezembro do ano passado, Portugal ainda tem cerca de 25% das verbas totais para poder gastar, e esse limite de execução, para gastar temos até finais do próximo ano.-----

----- Lisboa procurou começar cedo na preparação do que é que deviam ser as suas apostas estratégicas para este quadro comunitário. E recorde que, em abril de 2012, a Câmara constituiu uma equipa de missão, presidida pela arquiteta Teresa Almeida, e criou uma comissão de acompanhamento onde estiveram assente todas as forças políticas representadas na Câmara, tiveram assente todos os reitores das universidades públicas da Cidade de Lisboa, representantes das associações empresariais, de movimentos sociais, e de todos os diferentes concelhos municipais.-----

----- Com base nos trabalhos da equipa de missão e da comissão de acompanhamento, a Câmara Municipal aprovou sucessivamente três documentos onde foi fixando, por um lado, o Quadro Estratégico de Orientação Lisboa 2020, e de pois foi procurando concretizar para delimitar áreas de intervenção prioritárias. Obviamente que este trabalho foi feito sem que estivesse, ainda, concluído o trabalho de elaboração dos regulamentos. E fomos fazendo com contributos que fomos fornecendo quer à Comissão Europeia, quer ao Governo, tendo em vista contribuir positivamente para que o próprio quadro regulamentar viesse a permitir acomodar algumas das prioridades que o Município de Lisboa entendia como seus. Foi assim que, por exemplo, na formulação dos regulamentos comunitários, numa formulação inicial que se dizia que uma das prioridades a ser financiada era a redução de riscos para fazer face às alterações climáticas que se conseguiu que ficasse assegurado nos regulamentos, que o financiamento existiria para a redução de riscos relativas a catástrofes naturais de forma a podermos acomodar designadamente, a cobertura do risco sísmico que é um risco específico da Cidade de Lisboa e que é um risco, aliás, da única capital da União Europeia que tem um risco sísmico significativo.-----

----- Este trabalho foi evoluindo e temos, hoje, que o adaptar e afinar em função do quadro regulamentar que foi definido.-----

----- Recordaria que foram, então, definidas oito áreas prioritárias de intervenção; em primeiro lugar, “Lisboa Capital do Mar”, com um projeto emblemático da criação do Campus do Mar, que não se trata de constituir uma nova instituição, mas, pelo

contrário, uma articulação entre as diferentes áreas das universidades de Lisboa, onde há produção de conhecimento e investigação relacionado com o mar, tendo sido feito um mapeamento onde praticamente não há uma única instituição de ensino superior, do politécnico, das faculdades de direito às faculdades de medicina que não tenham, direta ou indiretamente, investigação e produção de conhecimento na área relativa ao mar. -----

----- Segunda área de intervenção prioritária, “Lisboa Cidade da Cultura e da Interculturalidade”, apostando muito na valorização de todo o património material e imaterial, e da interculturalidade presente na Cidade de Lisboa e que queremos afirmar como mais-valia. -----

----- Terceira área prioritária de investimento “ A Afirmação do Turismo na Base Económica da Cidade” e, em particular, a necessidade de termos um equipamento de grande capacidade para poder aumentar a presença da cidade no circuito do diálogo de turismo de congressos o que é extremamente importante para podermos ter um novo salto qualitativo em turismo, para além daquele que grandes eventos internacionais, como a Expo, em 2004, constituíram. Como um segundo salto qualitativo que representou a captação das rotas e das bases das companhias “*Low Cost*” e acreditamos, aliás, de acordo com o Plano Estratégico do Turismo da Região de Lisboa, que a existência de um novo centro de congressos permitir-nos-ia fazer esse grande salto qualitativo.-----

----- Quarta área de intervenção prioritária, “A Reabilitação do Parque Edificado e a Prevenção de Riscos”. Procurando aqui, e esse tem sido um dos grandes investimento que temos feito, captar recursos destinados à eficiência energética e à prevenção de riscos para o financiamento de operações de reabilitação urbana de larga escala, mobilizando as verbas da eficiência energética para permitir intervenções sobre as coberturas, os vãos, as fachadas e a intervenção da prevenção de risco sísmico para uma intervenção estrutural relativamente ao conjunto dos edifícios. -----

----- Quinta área prioritária de intervenção, “A Qualidade de Vida e o Ambiente Urbano”, com uma grande aposta na eficiência energética e nas energias renováveis no âmbito da prioridade dada à transição para uma economia de baixo teor de carbono. A regeneração urbana quer com as intervenções de base local, como tem sido aquelas desenvolvidas no âmbito dos programas “BIPZIP”, quer operações de regeneração integradas como a que, também no âmbito dos “BIPZIP”, mas mais “musculada” como a desenvolvida nestes anos ao nível da Mouraria.-----

----- As duas últimas áreas de prioridade “A Inclusão e a Coesão Social”, com prioridade dada à intervenção junto da população sem-abrigo. E, finalmente, a acessibilidade inclusiva com o programa do Plano de Acessibilidade Pedonal reforçada pelo apoio aos meios mecânicos de circulação nas colinas. -----

----- Este foi o conjunto dos contributos que demos, e temos estado a fazer agora o exercício de compatibilização destes nossos objetivos com aquilo que é, por um lado, o Quadro Regulamentar da União Europeia que contempla todos os nossos objetivos sem qualquer tipo delimitação, e por outro lado, o desenho que o Estado português tem feito dos programas operacionais e do Programa de Ação Regional de Lisboa,

onde, infelizmente, temos tido mais dificuldade em encaixar sem dificuldades a totalidade das nossas prioridades. -----

----- Sabemos, contudo, que se trata de um exercício que está, ainda, em aberto. Só para dar o exemplo de como hoje o quadro ainda não é um quadro inteiramente estabilizado, se pegarmos, por exemplo, o que diz respeito à reabilitação urbana, por via das verbas destinadas à eficiência energética, a redação de setembro de 2013, limitava o financiamento da habitação abria sem qualquer tipo de delimitação, quer por via do Fundo de Coesão, quer por via do FEDER. Mas em outubro de 2013, já havia uma limitação à habitação social e uma limitação ao recurso, só ao FEDER e, portanto, sem possibilidade de utilização do Fundo de Coesão. E, em janeiro de 2014, já se admitia, outra vez, a habitação, quer a particular, quer a social, quer no Fundo de Coesão, quer no FEDER. Mas, por outro lado, no Fundo de Coesão o que consta hoje do programa operacional de eficiência e recursos de sustentabilidade é a limitação destas verbas no Fundo de Coesão, um total de duzentos milhões de euros para apoio a particulares e estou-me a referir às verbas destinadas a todo o país, e não exclusivamente, destinadas à Cidade de Lisboa. Ora, se tivermos em conta que só na Cidade de Lisboa, para a reabilitação integral do edificado, seria necessário mobilizar oito mil milhões de euros, nós percebemos o que é que significa duzentos milhões de euros para todo o país, sendo que o resto do país há, também, necessidades bastante generalizadas. E esse é um dos problemas sérios com que estamos pela frente. -----

----- A verdade é que da totalidade dos fundos comunitários destinados ao país, vinte e cinco mil milhões de euros só oitocentos e trinta e três milhões têm destino ao Programa Operacional da Região de Lisboa, o que significa 3,3%. E destes, os municípios só têm acesso a 39%, ou seja, a trezentos e vinte e cinco milhões de euros dos quais, por sua vez, há que dividir, cento e quarenta e quatro milhões no FEDER, e cento e oitenta e um milhões no Fundo Social Europeu. Ou seja, para o conjunto de temáticas financiáveis pelo FEDER, na região de Lisboa, e com acesso pelos dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa só temos disponíveis cento e quarenta e quatro milhões de euros o que revela bem a fragilidade da capacidade de investimento. E essas têm de ser limitadas à transição para a economia com baixas emissões de carbono, a proteção do ambiente e promoção da eficiência de recursos, promoção do emprego e apoiar a atividade laboral, promoção da inclusão social e combate à pobreza e investimento do ensino, das competências e da aprendizagem ao longo da vida. -----

----- Por sua vez, o Fundo de Coesão é acessível a qualquer região do país, e inclusive Lisboa, mas como disse relativamente à reabilitação urbana só reserva duzentos milhões de euros destinados ao conjunto do país. -----

----- Portanto, áreas que estão neste momento em aberto e em debate, neste momento, entre o município, a Área Metropolitana de Lisboa, a CCDR e o Governo; tratamento a dar à reabilitação urbana, a questão da regeneração urbana nos centros históricos, o financiamento, ou não, do ensino básico, os equipamentos na área do turismo, os programas de redução do risco sísmico, a promoção da mobilidade inclusiva e o investimento nas redes de saneamento. -----

----- Duas questões são, ainda, importantes. -----

----- Uma das grandes novidades deste próximo quadro de financiamento é a prioridade dada pela comissão à política de cidades e, no âmbito da política de cidades, à existência de intervenções territoriais integradas. Na tradução nacional desta novidade foi entendido que as ITI's, como foram pensadas pela comissão operações para áreas funcionais que podem, ou não, coincidir com circunscrições administrativas mas são, essencialmente, vocacionadas para áreas que são parte de concelho, que em Portugal foi entendido que deviam ser administrativamente alocadas às prioridades intermunicipais e, no caso de Lisboa e Porto, à Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto. -----

----- Neste momento, ao nível da Área Metropolitana todos os municípios já manifestaram dúvidas sobre as vantagens de termos uma área de intervenção destinada, uma AIDU que é a tradução para a área urbana de Lisboa da IT, ou se era vantajoso continuarmos a debatermo-nos pela existência de ITI's mais focalizadas e múltiplas. A proposta que tínhamos feito, inicialmente, era haver uma ITI que cobrisse a costa atlântica de Mafra até Setúbal e que tivesse uma estratégia integrada para a valorização da fachada atlântica, uma outra que tivesse incidência nos parques naturais de Arrábida, Estuário do Tejo, Sintra e Cascais, são os três parques naturais da Área Metropolitana. Uma outra centrada da valorização das frentes ribeirinhas e que abrangesse, ou fosse complementada por uma quarta que tivesse vocacionada para os centros históricos. -----

----- Esta ainda não foi a posição aceite pelo Governo, foi bem acolhida pelos serviços da CCDR e, sobretudo, pelo ainda Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, mas a verdade é que todos este diálogo tem sido bastante perturbado porque em plena negociação do próximo quadro e do “PARL” e do “PORL”, foi decidido lançar o processo de concurso para a designação dos novos presidentes da CCDR e, portanto, naturalmente, o cessante entrou em “*falling out*”, e o novo toma posse no dia vinte e oito e, portanto, aguardamos pelo próximo capítulo, os próximos episódios para se poder retomar este diálogo.-----

----- Último desafio que me está colocado, tendo as grandes limitações de acesso ao FEDER, são os tais cento e quarenta e quatro milhões de euros, para os dezoito municípios, e a falta de vocação dos municípios para a mobilização de verbas no âmbito do Fundo Social, porque implica reinventarmos, completamente, a função tradicional dos municípios na gestão de fundos comunitários, uma grande aposta tem de ser sermos capazes de estabelecer parcerias, quer com as empresas, quer com as universidades, quer com os agentes culturais, quer com os agentes sociais, para podermos alavancar projetos com base no financiamento, não no FEDER, não no Fundo de Coesão, não no Fundo Social Europeu, mas em todos os outros programas comunitários que crescem ao “bolo nacional”, como era o “horizonte 2020”, na área da ciência, “Europa Criativa”, na área da cultura, “Eramos Mais”, para a mobilidade jovem, “*Life*”, na área do ambiente, “*Easy*”, na área da inovação social, ou as ações inovadoras na área do ambiente urbano que aguardamos que a comissão venha regulamentar quando houver nova comissão para as poder regulamentar. -----

----- E aqui nós temos uma responsabilidade muito grande porque Lisboa é, dos Concelhos, que tem capacidade para estabelecer parcerias com todos estes agentes, das universidades aos agentes empresariais, para conseguir mobilizar verbas que não concorrem com verbas dos outros municípios, nem das outras regiões de Portugal, mas pelo contrário, podem mobilizar mais verbas e mais recursos europeus para Portugal, através destes programas. -----

----- E o desafio que temos lançado ao Governo é que o Governo ajude o município, ajude as universidades, ajude as empresas, ajude os agentes culturais, ajude os agentes sociais a estabelecerem estas parcerias porque em conjunto podemos reforçar a capacidade de financiamento do conjunto do país, e não andarmos, simplesmente, a concorrer uns com os outros sobre as poucas verbas que temos para poder utilizar. -----

----- Muito obrigada Senhora Presidente pela grande tolerância com o tempo.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, disse que a Mesa iria perguntar, documento por documento, se os relatores queriam fazer uma apresentação muito sumária das conclusões, ou se, pelo contrário, dispensavam a leitura das conclusões dos pareceres, para passarem de imediato às intervenções das forças políticas:-----

----- - **Parecer da 2ª Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização sobre o Plano de Ação Regional de Lisboa** (anexado à presente ata como anexo nº 12, e dela faz parte integrante), sendo que o relator, Deputado Municipal Manuel Lage, dispensou a sua apresentação. -----

----- - **Parecer da 1ª Comissão Permanente de Finanças e da 2ª Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização sobre o Parecer do Conselho Metropolitano contido no edital nº 16/CML/2014 e sobre o Documento POR Lisboa 2014-2020** (os três documentos são anexados à presente ata como anexos nºs 13, 14 e 15, respetivamente, e dela fazem parte integrante), sendo que o relator, Deputado Municipal Hugo Lobo, dispensou a sua apresentação.-----

----- - **Parecer da 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania sobre PORL — Programa Operacional Regional de Lisboa, o POISE — Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego e ao POCH — Programa Operacional do Capital Humano** (anexado à presente ata como anexo nº 16, e dela faz parte integrante), sendo que a relatora, Deputada Municipal Carla Madeira, dispensou a sua apresentação. -----

----- - **Parecer da 4ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida sobre o POSEUR — Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no uso de recursos** (anexado à presente ata como anexo nº 17, e dela faz parte integrante), sendo que a relatora, Deputada Municipal Sofia Dias, dispensou a sua apresentação. -----

----- - **Parecer da 7ª Comissão Permanente da Cultura sobre o POCH — Programa Operacional do Capital Humano** (anexado à presente ata como anexo nº 18, e dela faz parte integrante), sendo que relator, Deputado Municipal André Caldas, dispensou a sua apresentação.-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que aquilo não significava que não seja matéria da maior importância. E como a Mesa disse, iriam trabalhar aqueles pareceres e iriam

procurar construir um documento para circular, posteriormente, por todos os Grupos Municipais para ser uma deliberação da Assembleia porque já havia ali muito trabalho e muita análise feita.-----

----- Passariam, então, às intervenções dos Senhores Deputados Municipais já inscritos.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor e Senhora Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, caros e caras colegas Deputados Municipais, este acordo de parcerias fundos comunitários que estamos aqui a tratar hoje neste debate específico, são instrumentos estratégicos essenciais para promover a retoma do investimento e a recuperação da economia portuguesa.-----

----- Daí, e como ficou bem patente na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que o Partido Socialista tenha no plano municipal mas, também, no plano nacional, contribuído para o conteúdo das propostas, não só do acordo de parecerias, como também nos vários regulamentos, em especial em termos de necessidade de retoma das políticas em torno dos objetivos da estratégia 2020.-----

----- O mesmo já não aconteceu em matéria de desenho dos PO temáticos nem na atribuição de montantes a esses programas. Iguamente, em termos de estratégias de especialização inteligente, ou documentos que fundamentam as opções, nomeadamente, financeiras, como ficou bem patente, dos PO regionais.-----

----- Nós consideramos que o desenvolvimento deste acordo de parceria seguiu, no essencial, a Agenda Portugal 2020, com a qual concordamos. O que coloca uma contradição que está plasmado neste documento e aquilo que tem sido realizado pelo Governo nos últimos três anos. No fundo, esta estratégia, agora retomada, foi interrompida nos últimos três anos. Se esta contradição não for no futuro dirimida poderemos correr o risco de uma oportunidade perdida e Portugal não pode perder estes investimentos, não pode perder esta oportunidade. -----

----- Um bom exemplo e podemos dar muitos em matéria de recursos humanos, energia, apoio à internacionalização de empresas, é também a estratégia de fomento industrial que nos tinha sido apresentada pelo anterior Governo, e que não encontra tradução neste acordo de parceria e nos documentos conexos. -----

----- Nós estamos perante um conjunto de prioridades temáticas de governação multinível e definição de PO temáticos e territoriais multifundos que levou a uma governação de sistema de incentivos mais descentralizada. É um caminho tendencialmente adequado, mas temos tido atrasos e problemas como ficou bem patente na intervenção do Senhor Presidente António Costa no estabelecimento concreto dos ITI's e como se articularão no quadro temático e regional. -----

----- Nós, Grupo Municipal do partido Socialista consideramos que é algo a rever e é algo preocupante que esta Assembleia Municipal deve continuar a acompanhar. -----

----- Relevante é, também, como foi referido na intervenção do Senhor Presidente da Câmara a matéria de preparação atempada deste quadro comunitário ou, no caso, a falta dela.-----

----- O Partido Socialista defendeu sempre que devíamos estar mais adiantados porque isso é essencial para a economia. -----

----- Hoje, já vários países assinaram o acordo de parceria e Portugal ainda não. -----

----- A operacionalização deste futuro quadro comunitário devia de estar mais adiantada. A economia precisa disso. Aliás, já no atual quadro comunitário nós temos por utilizar cinco mil milhões de euros e esta é uma verba que nos faz falta em termos de crescimento económico. -----

----- Ao invés, como ficou patente em todo este debate, no seio das comissões desta Assembleia Municipal, a Câmara Municipal de Lisboa trabalhou atempadamente, de forma positiva, envolvendo todas as forças políticas, envolvendo a sociedade, estabelecendo parcerias, definindo estratégias e prioridades, identificando oportunidades, dialogando com o Governo e liderando o debate com os outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Daí que tenha sido oportuno este debate, o trabalho das comissões, as audições e as reuniões com a Dr.^a Teresa Almeida. Daí que nós entendamos que a Assembleia deva prosseguir este caminho, um caminho que nos foi proposto pela Presidente da assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, e que nós acompanharemos. Porque há matérias nacionais com reflexo em Lisboa e matérias regionais específicas de Lisboa que carecem deste acompanhamento. -----

----- A prioridade em torno das políticas de eficiência coletiva está também por desenhar em particular pela convergência dos recursos alocados aos PO para os polos de competitividade. O envolvimento dos parceiros, em especial, de natureza municipal, intermunicipal, foi no nosso entender insuficiente. A própria Associação Nacional de Municípios assim o diz. -----

----- Sendo este um debate relevante mas, de facto, com uma grelha reduzida, e estou só a dar alguns tópicos para ficarem registados para futuro debate e acompanhamento. ---

----- Uma outra matéria que consideramos relevante é que a utilização do quadro comunitário para satisfazer necessidades de consolidação orçamental, continua muitas vezes por clarificar e o passado não nos deixa descansar nesta matéria porque entendemos que algumas verbas do atual quadro comunitário têm sido desviadas para matérias de consolidação orçamental e não tanto de investimento. -----

----- Em várias áreas os envelopes financeiros são ainda insuficientes, foram aqui várias pelo Senhor Presidente da Câmara, na regeneração urbana, no risco sísmico, na insuficiência energética, também na educação e poderia dar outros exemplos. -----

----- Nós consideramos que há, também, insuficiência na definição de instrumentos de apoio às PME's, problemas de financiamento e acesso ao crédito para empresas mas, também, problemas por resolver neste domínio, para os municípios, algo que nós devemos acompanhar e muito, e algumas das propostas de Lisboa, e que são bem detalhadas nos diferentes pareceres que não foram apresentados por razão até de economia de tempo do debate que temos a seguir, mas que merecem ser lidos, merecem estas propostas do Município de Lisboa serem ponderadas a nível nacional em necessária articulação com na necessária compatibilidade orçamental. -----

----- Nós entendemos, também, que não foi cabalmente definida uma política que termine uma fronteira entre os incentivos reembolsáveis e não reembolsáveis.

Achamos importante que o financiamento pelos fundos comunitários sujeito a reembolso, se diferencie claramente das ofertas existentes no sistema financeiro. Em matérias de reembolsos financeiros e essa diferenciação ao nível do período de carência de pagamentos relativamente amplos, considerarem alguns casos de reembolso parcial e não, total, taxas de juro nulas, ou mais baixas, e também consideração de algumas cláusulas de suspensão, redução de reembolso ou conversão do mesmo em capital para situações de alteração das condições justificáveis de forma a realizar o risco de investimento. -----

----- Nós entendemos que há uma falta de articulação deste acordo de parceria com outros instrumentos comunitários e também com a matéria de investimentos de elevado valor acrescentado que tivemos a oportunidade de debater, recentemente, e também com a estratégia nacional de especialização inteligente. -----

----- Entendemos que subsistem problemas de governação ao nível da sua descentralização com o modelo de coordenação por definir totalmente. Do mesmo modo, em termos de articulação de políticas sectoriais e dos PO temáticos e regionais e da participação das autarquias em tudo isto. -----

----- Nós gostávamos da existência de um ponto único de contacto entre as empresas e o sistema de incentivos, da implementação do princípio da confiança, e vemos com preocupação alguma indeterminação, como ficou aqui bem patente, entre as ITI's e os investimentos de natureza municipal. -----

----- Entendemos também, e quero deixar bem claro, à laia de conclusão, que acompanhamos muito das reflexões trazidas a esta Assembleia, pela Câmara Municipal, não só a intervenção do Senhor Presidente da Câmara como dos pareceres que já tivemos oportunidade de debater, e também tudo aquilo que nos foi trazido pela Dr.ª Teresa Almeida e acompanhamos as prioridades que foram definidas. Estes pareceres lidos no seu detalhe, com as suas conclusões e desenvolvimento, podem traduzir isso. -----

----- Nós preocupamo-nos, Senhora Presidente, e é mesmo à laia de conclusão, apenas, e só, com três perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, com alguma insuficiência de estratégia regional em termos de oportunidade de abordar estes debates como tivemos algum grau de detalhe em sede de comissões. Nós achamos que há estratégia e definição de prioridades ao nível do município, que temos um acordo de parceria ao nível nacional, mas que é preciso fazer mais ao nível regional. -----

----- Em conclusão, Lisboa fez o que devia mas temos, ainda, muitos problemas para acompanhar e faltam verbas face às necessidades crescentes. Daí que eu quero concluir com três perguntas muito simples: o que é que, realisticamente falando, face às verbas disponíveis e face às prioridades e necessidades crescentes, o que é que Lisboa, ao nível das candidaturas, realisticamente, poderá esperar de sucesso dessas candidaturas? Neste quadro de necessidades crescentes e recursos escassos, o que é que vai Lisboa apostar, por si só, e o que é que vai defender no quadro do seu relacionamento com os outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa? E, uma última pergunta: se as parcerias, neste e em outros domínios, em matéria de investimento, que Lisboa tem estado a desenvolver com outros municípios do interior,

se, também, poderão ter aqui um impacto positivo e uma tradução em matéria de candidaturas e de projetos de fundos comunitários?-----

----- Pensamos que Lisboa ganharia com isto, Lisboa ganhará com este acompanhamento que a Assembleia Municipal está a fazer desta matéria, e nós ganhamos, no futuro, em dar mais tempo a esta matéria muito relevante para o debate.

----- Muito obrigado pela tolerância de tempo, Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor e Senhora Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, as prioridades do Governo PSD/CDS-PP para o programa Portugal 2020 não consideram o desenvolvimento integrado do país.-----

----- A situação é agravada pela redução de dotações para o sector público, nomeadamente para os municípios. -----

----- No que respeita à reabilitação urbana é dada prioridade aos projetos de interesses privados com financiamento reembolsável o que não dá respostas a realidades como a de Lisboa e da Área Metropolitana. -----

----- O mesmo acontece ao nível de abastecimento de água de saneamento e resíduos, financiando projetos que se inserem na privatização desses serviços. -----

----- Não é dada atenção à situação crítica na Área Metropolitana, no desemprego, na destruição de condições de vida e acesso à saúde, à educação, à resolução séria de questões sociais, culturais e ambientais.-----

----- A classificação de Lisboa é da região mais desenvolvida, ao lado da Madeira, imagine-se. Mas a realidade é outra. -----

----- A linguagem dos programas é sofisticada e afirmativa à volta de altas quimeras tecnológicas e ambientais, quando a situação é cada vez mais violenta, e a aposta na criação de infraestruturas produtivas não é considerada. -----

----- O mesmo acontece face à situação no primeiro ciclo do ensino básico e em outras áreas da educação e da realidade regional.-----

----- Na passagem acentuada da afetação direta de fundos financeiros e responsabilidades da formação para empresas, e da mediação de financiamentos para as mãos dos bancos, que assim se apoderam de comissões e de “spreads”, a chamada qualificação humana servirá os interesses especulativos de empresas, formadores e bancos, e não a construção de perspetivas de maior inteligência e intervenção criadora de mudança e evolução positiva da riqueza e do bem-estar na região e no país. -----

----- Como já dissemos, verifica-se a redução de verbas para o setor público, nomeadamente, para os municípios. Onde estão as condições de acesso das autarquias para financiamento a fundo perdido e qual é a taxa de comparticipação dos projetos apresentados que deveria ir até 85%? É, ou não, possibilitado aos municípios o recurso a empréstimos com taxas bonificadas? Estão isentos dos limites de endividamento face a situações de desgaste maior pela desresponsabilização do Governo em áreas da educação, da saúde, do apoio social e outras? Onde está a coesão social nacional quando se exclui a Área Metropolitana de Lisboa do acesso a

programas propagandeados e poucos realizados desde a falência da chamada estratégia de Lisboa? -----

----- No Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020, fala-se de emprego, educação, utilização de energia renovável e inovação como ferramentas de reforçar a colaboração entre empresas e universidades, de meios criativos e indústrias culturais, demografia e serviços de proximidade, de inclusão e inovação social, de aumentar a produção científica de qualidade reconhecidamente internacional, quando, ironicamente, o desemprego entre os trabalhadores científicos é uma evidência que os leva à emigração. Fala-se em transferência do conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, de prioridade ao investimento, um chavão recorrente, de promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, de igualdade de oportunidades e de redução de desigualdades na saúde quando se prepara a destruição de mais hospitais. Tudo isto, e muito mais, vem no Plano de Ação Regional, mas o que interessaria a Lisboa e a Área Metropolitana era vermos, caso a caso, quais são as situações reais e quais são as propostas concretas para a resolução efetiva dos problemas graves que temos de enfrentar na exclusão económica e social, na degradação do ambiente e no sobrepovoamento da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Portugal é um contribuinte líquido para a chamada Comunidade Europeia, e quase liquidado nos empréstimos e juros que paga. -----

----- Face a este velho quadro que se prefigura para 2014-2020, com programas falaciosos que não identificam as realidades que são necessárias enfrentar, corremos o risco de acrescentar problemas aos problemas, de haver maior falência regional e nacional.-----

----- A saída de Portugal está na sua independência e opções sérias, na criação de riqueza, na industrialização tão avançada da agricultura e da pesca e não em setores que serão sempre subsidiários e frágeis como pode ser o turismo face a tantas instabilidades, situações sazonais e a violências que a Europa e o mundo atravessam. --

----- Não nos enganemos com mais palavreado “Europés” e com mais oportunidades para velhas receitas e corrupção de qualidades, identidade e de vontades. Portugal está farto de promessas enganadoras. Lisboa, também. Então vamos lá trabalhar a sério e aprender como devemos fazer porque já é tarde e não temos tempo a perder. -----

----- É nisto que o município tem de apostar no seu conjunto, contribuindo para criar emprego, bem-estar e desenvolvimento para todos e não, maior enriquecimento para alguns que são protegidos e beneficiados, os bancos e os altos financiamentos que se configuram para atacar, por exemplo, a reabilitação urbana especulativa e esvaziadora da riqueza humana e social de Lisboa.-----

----- Tem de haver mudança de políticas e de projetos para todas as regiões para a Área Metropolitana e para a Cidade de Lisboa, só assim sairemos desta coleira de dívidas e promessas numa situação que exige a contribuição dos trabalhadores e do povo para a reconstrução do país, trazendo, de novo, perspetivas e esperanças de progresso e de independência nacional. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria, naturalmente, começar por congratular a Mesa pela criação deste debate porque julgo que esta é uma matéria relevante e que deve e merece, ser acompanhada pela Assembleia Municipal. -----

----- Mas permita-me um pequeno á parte, que não está relacionado com o presente tema, mas que a cultura democrática assim nos obriga, e tendo em conta que esta é a Assembleia Municipal com maior relevância no país, congratular o Partido Socialista pela vitória nas últimas eleições europeias e, portanto, julgo que a nossa cultura democrática também nos obriga a isso. -----

----- Dizemos que, em grande medida, concordamos com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, divergindo apenas ou, não concordando tanto, numa visão integrada e global da distribuição dos fundos comunitários porque é essa a visão global que deve ser tida em conta, e é essa integração nacional que deve ser feita na distribuição dos fundos. Naturalmente que, Lisboa, apesar de um conjunto de necessidades prementes que apresenta, em comparação com outras áreas do país não é necessariamente uma área de coesão ou de convergência que permita ter uma disponibilidade de fundos tão grande, embora esta disponibilização de fundos deste quadro comunitário de apoio seja claramente superior em relação ao quadro comunitário anterior, curiosamente, negociado, salvo erro, pelo Governo anterior e, se não me engano, o Senhor Presidente da Câmara, nessa altura, ainda era membro desse mesmo Governo. -----

----- Dizer quer estamos satisfeitos e que congratulamos a Câmara Municipal de Lisboa na pessoa do Senhor Presidente pelos contributos a nível local, enfim, que o Partido Socialista e a Câmara de Lisboa fizeram, e bem. Não concordamos com a visão do Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, do Partido Socialista, quanto a esses contributos a nível nacional porque sabemos bem que não existiram na discussão do quadro comunitário de apoio sobretudo, na Assembleia da Republica, mas nada, Senhora Presidente, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, conforme as notícias dão conta, já não se tenha disponibilizado para resolver. -----

----- Dizer que, como partilhamos, necessariamente a questão da reabilitação urbana. Temos informação que os PO específicos estão a ser negociados nesse sentido, no sentido de ver satisfeita esta vontade que o Município de Lisboa tem no que diz respeito à reabilitação urbana. Tivemos essa informação ontem. Estão a ser negociados em Bruxelas neste momento, o que para o Partido Social Democrata é uma prioridade para a cidade essa questão da reabilitação com base na eficiência energética mas, sobretudo, é importante também para nós a definição da política desta reabilitação sobretudo se servir para fixar os jovens na cidade. -----

----- E, portanto, concordamos com o Senhor Presidente quando diz que é absolutamente necessário mobilizar outras verbas e reinventar a ação dos municípios para a persecução dos seus objetivos. No fundo, e concordando com esta visão, a pergunta que gostaríamos de deixar é qual é que é a possibilidade real ou, aliás, quais

são as diligências que já estão a ser tomadas com a Câmara Municipal precisamente para esta captação, mobilização de outras verbas por parte da Câmara Municipal? -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, cumprimento os membros da Mesa, do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O Senhor Presidente tem razão quando vem aqui dizer que discutimos, hoje, com os fundos estruturais provavelmente uma das únicas possibilidades que o país terá de ter uma verdadeira política económica e social de desenvolvimento para o futuro. -----

----- Bem sei que o Senhor Presidente não faz, ainda, parte do Governo, mas a verdade é que todos os olhos estão postos na Assembleia Municipal de Lisboa, aliás, o PSD pelos vistos, aposta em si para Primeiro-Ministro, uma vez que já pediu eleições antecipadas para a Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, isso só reforça a necessidade de saber as opiniões do Presidente António Costa, tanto das especificidades deste plano para a região de Lisboa, como também das prioridades que definiu para o país. E gostaria de fazer algumas perguntas relativamente a estas duas vertentes, a nacional e a local, que tanto se interligam nestes dias animados. -----

----- Em primeiro lugar a questão estrutural da definição destes fundos estruturais. -----

----- Aquilo que podemos ler do acordo de parceria 2020 definido a nível nacional, é que falta um propósito estrutural na definição dos fundos. -----

----- Há um discurso vazio, fetichista, com conceitos como competitividade, empreendedorismo, espírito empresarial, internacionalização, um conjunto de conceitos que escondem a realidade que é estamos a usar fundos comunitários que devem ser estruturais e estruturantes para o desenvolvimento do país para compensar os resultados da crise financeira e das políticas de austeridade criadas pelo próprio Governo. E portanto, há uma estratégia que é atirar dinheiro para as empresas sem se dizer quais os sectores que se quer modernizar, que sectores é que se aposta, onde é que se vai criar emprego, o que é que faz sentido investir no futuro, com um único objetivo, resolver um problema que tinha de ser resolvido de outra forma que é a falta de financiamento, por um lado, e a falta de procura, por outro. E, portanto, podemos correr o risco, daqui a cinco anos, ter os ditos fundos estruturais gastos sem nenhuma mudança estrutural no país porque não havia uma linha estratégica. E este é só o primeiro problema na definição do acordo 2020, ou o acordo de parceria 2020. -----

----- E tem mais problemas, entre eles a forma como trata a questão do emprego. O desemprego é sempre tratado nesta análise como uma falta de ajustamento dos trabalhadores aos locais de trabalho. O trabalho precisa de mais mobilidade, o trabalho não é flexível o suficiente, os trabalhadores não são qualificados o suficiente, não estão adaptados o suficiente. Quando na verdade, não se pode pedir a um trabalhador que tenha mais mobilidade quando não há emprego para onde ele possa ir. O problema do emprego em Portugal é que ele não existe, e não é a deficiência da mobilidade ou da flexibilização por parte dos trabalhadores. -----

----- E eu gostaria, relativamente a estes dois pontos, se a opinião do executivo acompanha esta visão, sobre o trabalho, sobre o combate ao desemprego, sobre o

desenvolvimento da economia, sobre as prioridades estruturais e estruturantes que estão presentes neste acordo.-----

----- Mas há outras críticas que foram feitas à forma como o processo decorreu. Foi um processo de decisão pouco participado, ou não tão participado quanto seria desejável ao nível das autoridades locais. É um processo ao qual falta muita clareza na articulação entre os programas temáticos e os programas regionais, falta adaptação dos programas temáticos às realidades locais e regionais, e estas considerações também são verdades no programa para Lisboa. É um programa que ainda ele está muito pouco claro. Falta informação sobre dotações específicas. Temos um eixo prioritário, dizer que ele é muito importante, mas depois não lhe damos dinheiro para que possa funcionar. Falta detalhe na forma como queremos articular e implementar, ou não, as prioridades e os objetivos que foram definidos.-----

----- E há duas ou três questões em particular, que seria importante esclarecer. A primeira diz respeito à eficiência energética e reabilitação urbana. O Senhor Presidente falou aqui na possibilidade de investimento na eficiência energética, o programa que nós temos fala em eficiência energética e verbas para eficiência energética das empresas. A minha pergunta é, será mesmo assim? Há um plano de ajuda à melhoria da eficiência energética por parte do parque habitacional, se sim, em que moldes? Com que verbas? Quais são os programas? Especificamente, qual é o plano? Qual é a estratégia da Câmara Municipal de Lisboa?-----

----- Segundo ponto, reabilitação urbana. Neste Programa Operacional para Lisboa não há uma visão estratégica sobre reabilitação urbana na cidade. E, portanto, nós podemos concluir que o que vai acontecer é o que temos visto até agora que é uma reabilitação urbana feita por privados, para privados, para quem pode pagar. É uma cidade em que quem é rico e tem dinheiro fica com uns bons prédios em boas áreas, e quem não tem dinheiro não tem acesso a prédios reabilitados. E vamos ver o que é que acontece a áreas como é o caso do Cais do Sodré, em que vemos prédios a precisar de reabilitação e a única reabilitação que é feita é aquela que é destinada a hotéis de luxo, hotéis de charme e condomínios privados.-----

----- A visão de cidade que se antecipa não é propriamente a melhor possível. E é também por isto que é tão importante perceber qual é a melhor estratégia para reabilitação urbana. E como o Senhor Presidente, e bem, referiu se há oportunidade de fundos comunitários, esta é a oportunidade, qual vai ser a estratégia da Câmara Municipal de Lisboa para conseguir alocar fundos à reabilitação urbana, apesar dos impedimentos da forma como este programa foi negociado com a Comissão Europeia.

----- E relativamente a esta estratégia, também queríamos ter mais certezas. Verbas já sabemos que elas são fracas a nível nacional, mas que programas? Que fontes de financiamento? Que atores privilegiados? Como é que se vai fazer esta articulação?----

----- Segunda questão, mobilidade. Sabemos que uma prioridade urgente de reforçar os sistemas de mobilidade em Lisboa. Eles são insuficientes e precisam de ser renovados, não só por questões ambientais e energéticas mas também por questões sociais, o sistema de transportes é cada vez mais caro, tem cada vez menos qualidade, está cada vez mais afastado e serve cada vez menos a população de Lisboa.-----

----- Esta necessidade de investir no sistema de transporte ao nível local é tanto ou mais importante, quanto sabemos, pelo menos da intenção de que a Câmara possa gerir um conjunto de infraestruturas relacionadas com transportes. E também daquilo que aqui tivemos e que aqui discutimos, é uma área estratégica da Câmara Municipal de Lisboa. Mas é uma área estratégica que, mais uma vez, não está refletida neste plano estratégico de alocação dos fundos comunitários. Como é que vai ser a articulação dos fundos comunitários com a estratégia de desenvolvimento dos transportes em Lisboa, tendencialmente públicos, tendencialmente gratuitos, tendencialmente abrangentes a todas as áreas da cidade. Continuamos sem respostas relativamente a esta matéria. -----

----- Estas são algumas das questões que gostaríamos de colocar para além destes extensos documentos, com muito “europés”, muitos palavrões, muita competitividade e muito empreendedorismo, possamos, de facto, extrair o sumo, e perceber qual é a estratégia da Câmara Municipal para alocação dos fundos comunitários de alguma forma com coerência com aquelas que são as prioridades que têm vindo a ser afirmadas até aqui, reabilitação urbana, mobilidade, criação de emprego, desenvolvimento da economia, justiça social, combate à pobreza. Estas respostas continuam por dar e espero conseguir algum esclarecimento por parte do Senhor Presidente. -----

----- Muito Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no usso da palavra, disse que a Mesa recordava, entretanto, que iria aprofundar aquela matéria, que iria inscrever aquele ponto em ordem de trabalhos como projeto de deliberação que teria de ser discutido com todas as forças políticas. Mas que deixava ali um apelo, que aquela comissão de acompanhamento foi constituída na Câmara Municipal de Lisboa para acompanhar a Estratégia Lisboa 2020, não tinha representantes da Assembleia Municipal. Assim, deixava ali um apelo para que a Assembleia Municipal pudesse acompanhar os trabalhos daquela comissão porque era da maior importância poderem estar presentes naquele acompanhamento. -----

----- **O Senhor Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Não querendo consumir um excesso de tempo, vou procurar responder às questões que me parecem mais importantes. -----

----- Primeira questão em particular, relativamente às questões colocadas pelo Bloco de Esquerda. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa aprovou o seu documento estratégico já há mais de um ano, e é esse o documento aprovado em resultado com todo o trabalho desenvolvido com a comissão de acompanhamento, onde estiveram presentes representantes dos diferentes concelhos municipais, desde os da interculturalidade, ao da educação, juventude, etc., as universidades, as associações empresariais e todas as forças políticas representadas na Câmara. Esse documento foi aprovado, que me recorde, com uma abstenção na Câmara Municipal e com o voto favorável de todos os Senhores, e Senhoras, Vereadores, tendo um consenso bastante alargado. -----

----- Esse documento foi um documento que aprovamos como um contributo, quer para a Comissão Europeia, quer para o Governo, no desenho, quer no final dos regulamentos, quer do acordo de parceria, quer dos planos operacionais. -----

----- Como creio ter resultado claro da minha intervenção, nem toda a nossa estratégia foi integralmente acolhida nos documentos nacionais. Não há nenhuma norma dos regulamentos comunitários que impeçam a execução integral da nossa estratégia e integração de todos os programas emblemáticos que apresentamos, mas o desenho que está a ser feito dos instrumentos nacionais não cobrem na sua totalidade. -----

----- Caso exemplar é o que se passa com a reabilitação urbana a partir das verbas para a eficiência energética e para a prevenção de riscos. E pergunta-me, qual é a estratégia? Bom, a estratégia de reabilitação urbana foi aprovada por esta Assembleia Municipal e está em vigor. O problema não é a nossa falta de estratégia. O problema é saber se os fundos comunitários vão cobrir, ou não vão cobrir, o financiamento desta estratégia. -----

----- Neste momento, Senhora Deputada Municipal que é, também, Deputada na Assembleia da Republica, tinha a obrigação de saber que o desenho que está a ser feito a nível nacional não permite financiamento da reabilitação urbana de uma forma sustentada. -----

----- Aquilo que está previsto, conforme expliquei, é relativamente para o CEUR, a existência de uma gaveta de duzentos milhões de euros para financiar, ser destinada à eficiência energética na habitação, mas que, em primeiro lugar, se aplica a todo o país, e em segundo lugar, não é garantido que seja, necessariamente, reabilitação, porque pode, simplesmente, ser financiamento de novos mecanismos de produção de energia, com painéis solares, com caldeiras, mas não ser um programa de reabilitação urbana, não está garantido que seja. -----

----- Em segundo lugar, é acessível parcialmente no FEDER. Só como expliquei o FEDER na região de Lisboa, para toda a área metropolitana são cento e quarenta e quatro milhões de euros para todo o tipo de ações e, portanto, não só reabilitação urbana, e para os dezoito municípios da área metropolitana. Portanto, o quadro é este, e diria que me parece um quadro muitíssimo limitado. -----

----- A Senhora Deputada, acho que tem boas razões para discordar disto, têm mais razões para gastar a sua energia nesta Assembleia Municipal sobretudo porque tem a oportunidade de a gastar num fórum mais adequado para discutir com o Governo o desenho dos fundos comunitários e, portanto, bem o devia fazer. -----

----- Acontece que nós temos de trabalhar com o quadro que nos é apresentado hoje. Uma coisa é a proposta que fizemos, outra coisa é aquilo que queremos fazer, outra coisa é aquilo que o desenho dos fundos nos permitiram fazer. Se os desenhos dos fundos nos permitir fazer, faremos, se não nos permitir fazer, não faremos. Porque é evidente que não nos podemos substituir ao quadro regulamentar que não está, efetivamente, delegada, nem nós a capacidade de o podermos transformar. -----

----- Devo dizer que acho que é um erro da maior importância. Porque a reabilitação urbana era daqueles programas, em primeiro lugar, creio que, politicamente consensual, não conheço uma única força política não diga que a reabilitação urbana é

uma prioridade. E é uma prioridade onde com o mesmo investimento satisfazemos diferentes objetivos, melhoramos a competitividade porque uma cidade mais reabilitada é uma cidade com melhor imagem, mais atrativa e, designadamente, para cidades que são destinos turísticos, como é o caso da nossa, é particularmente importante. Em segundo lugar, é fortemente geradora de emprego, emprego direto nas obras e, sobretudo de uma mão-de-obra de baixa qualificação que dificilmente é reconvertida e devia de ser mobilizada do desemprego para o mercado de trabalho através de programas de requalificação urbana. Mas, também, de criação de mão-de-obra indireta pela animação que produz em toda a fileira da construção que não são só os empreiteiros, são os fabricantes de tijolo, os fabricantes de azulejo, os fabricantes de chumbo, os fabricantes de torneiras, portanto, toda a cadeia da construção seria devidamente alimentada por esta via. Em terceiro lugar, tinha impacto positivo do ponto de vista da eficiência energética e da fatura externa que o país paga em matéria de importação de energia.-----

----- Portanto, há várias boas razões para que fosse um programa prioritário e espero, ainda, que o venha a ser visto que o acordo de pareceria ainda não está concluído, os programas operacionais ainda não estão concluídos, mas gosta bem, e fico muito satisfeito de ver uma Senhora Deputada da Assembleia da Republica sensibilizada para a importância desta temática e com o contributo positivo que pode dar em sede própria para transformar estes programas. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Modesto Navarro e a uma questão que levantou e que julgo ser da maior importância. -----

----- O país tem vivido num ciclo de modas. Agora a nova moda é que todos os fundos devem ser destinados às empresas porque despejando os dinheiros nas empresas as mesmas se tornam milagrosamente, competitivas. Esta moda não é nova e tem antecedentes. No primeiro quadro comunitário todos se recordam dos milhões que foram despejados nas empresas para, designadamente, financiar operações de formação profissional através do famoso Fundo Social Europeu. Não vale a pena recordar como tudo isso acabou. Acabou tudo na barra dos tribunais, ou na prescrição que é outro trajeto que às vezes estes processos têm. Mas, a verdade, é que acabou mal.- -----

----- Depois foi, bom agora é tudo nas infraestruturas. O país entende que tem um excesso de infraestruturas, mas passamos do “oito para o oitenta”, e talvez devamos ter uma atitude mais equilibrada, e mais equilibrada, também, no contexto nacional porque eu recomendo a todos, a quem ainda não o fez, a leitura do estudo que o Professor Augusto Mateus fez para Fundação Francisco Manuel dos Santos sobre vinte cinco anos de aplicação de fundos comunitários, onde veio desfazer grande parte da mitologia que existe sobre o nosso território e sobre o impacto dos fundos comunitários no nosso território. E veio desmentir várias das verdades que, criticamente, veem sendo repetidas como imutáveis desde 1986 até aos dias de hoje como se nada tivesse acontecido. Ora há várias verdades importantes que ele diz.-----

----- Em primeiro lugar e em matéria de desertificação, chamo a atenção a verdade que em grande parte que os territórios de baixa densidade perderam população, mas os

territórios exclusivamente rurais, em Portugal, ainda têm 50% a mais de população do que tem a média europeia. O que significa que a situação em que nós estamos ainda está aquém daquilo que necessariamente temos na média europeia. -----

----- Em segundo lugar, o aumento da população, a primeira causa do aumento da população a viver em cidades não teve a ver com a mobilidade das pessoas, teve a ver com a requalificação administrativa da designação de vilas em cidades. Esse é o primeiro grande contributo para o aumento da população urbana. -----

----- As zonas urbanas que cresceram foram sobretudo aquelas que se situam fora das áreas metropolitanas. E dentro das áreas metropolitanas, os concelhos fora de Lisboa e do Porto. Aquilo que, aliás, sabemos que foi o que aconteceu. -----

----- Depois chamo a atenção que hoje em dia o nível de equipamento do conjunto do território em grande medida já atingiu a média europeia no conjunto do território em matéria de acesso a diferentes tipos de equipamentos. E que o grande desafio, que hoje, temos é que não nos limitamos a olhar para a coesão interna numa lógica nacional, mas podemos olhar para a coesão interna a partir de uma lógica de competitividade externa do país. E, de facto, eu acho que é difícil darmos o grande salto do ponto de vista da coesão senão aumentarmos a nossa capacidade de produção de riqueza, e isso passa, necessariamente, por um aumento da competitividade. E o aumento da competitividade faz-se investindo nas regiões onde há fatores de competitividade. Uma coisa é reforçar a coesão e é necessário. Outra coisa é reforçar também, a competitividade e isso passa pelas zonas onde há fatores de competitividade.-----

----- E isto permite-me falar do tema aqui invocado relativamente à questão das parecerias, quer pelo PS, quer pelo PSD.-----

----- Eu acho que nós temos aqui uma responsabilidade nacional de contribuir para que o país beneficie de mais fundos comunitários do que tem beneficiado até agora. E que beneficie dos fundos comunitários que existem para além da política de coesão. E isso implica trabalharmos em parceria, quer com as empresas, quer com as universidades. E mobilizar fundos que estão fora do pacote nacional, como os de *Horizonte 2020*, como os da *Europa Criativa*, como os do *Life*, etc., e conseguirmos montar programas que sejam devidamente articulados para que relativamente a cada programa possamos ter estes diferentes tipos de financiamento. E era por isso que nós gastávamos de ter em Lisboa uma intervenção territorial integrada, porque a mesma expressamente permite desenvolver estratégias multifundos, uma estratégia que é financiada simultaneamente por todos os fundos. E nós aí, por exemplo, podíamos ter malha de reabilitação urbana, podíamos ter mobilização de verbas do *Horizonte 2020* para financiar a investigação aplicada nas universidades em matéria de materiais ou de técnicas, que permitissem o aumento da eficiência energética. Permite financiar o desenvolvimento protótipo e projetos-piloto que financiassem a indústria portuguesa na produção desses materiais ou o desenvolvimento dessas técnicas, como, por exemplo, fez no mandato anterior, sob a direção da nossa Presidente Helena Roseta no programa que foi desenvolvido no Bairro da Boavista com aplicação na recuperação das fachadas de um conjunto de materiais inovadores, produzidos pela indústria

nacional, com base em cortiça que permite aumentar o desempenho energético das fachadas do bairro e esse projeto que foi desenvolvido como projeto-piloto no Bairro da Boavista podia e devia de ser escalado à escala de toda a cidade. É um programa que estamos a desenvolver na candidatura que apresentamos na Fundação Bloomberg em parceria com uma empresa saída da universidade da beira interior para desenvolver na cidade, criar aqui a massa crítica necessária para desenvolver um projeto inovador de aproveitamento de energia cinética resultante do movimento das viaturas, e aqui as cidades têm um papel muito importante a desempenhar que junto das universidades, quer junto das empresas, para criarem massa crítica suficiente para que o investimento tenha, à partida, um volume suficiente que justifique o investimento empresarial na produção de um projeto inovador que pode, ou não, resultar mas que necessita, à partida, de uma encomenda que tenha escala suficiente para poder avançar. -----

----- Ora, neste momento, a equipa de missão já realizou sessões de trabalho e, eu próprio, com o Politécnico e com todas as universidades, com o ISCTE, e estamos, neste momento, a desenvolver trabalho com cada uma das universidades, por exemplo, com as Faculdades da Universidade Nova já existe trabalho desenvolvido com todas. E a procurar ver, duas coisas: problemas que a cidade tem e, com vantagem, era importante que as universidades dedicassem atenção e mobilizassem fundos do Horizonte 2020 para ajudar a resolver esses problemas da cidade. E por outro lado vemos projetos que as universidades têm e em que a cidade as podia ajudar seja apoiando a fazer a ponte com as empresas, seja podendo fazer as aplicações que permitissem desenvolver e aprofundar o trabalho de investigação e de produção de conhecimento que as universidades estão a desenvolver. E se conseguíssemos fazer isto, nós podemos mobilizar verbas do *Horizonte 2020* para a reabilitação urbana, podemos mobilizar através das empresas verbas do fundo para a competitividade aplicado às empresas e traduzir isso em aplicação concreta na cidade e, finalmente, verbas nossas que vamos buscar à quota que nos couber dos cento e quarenta e quatro milhões do FEDER para poder fazer algum financiamento ao conjunto deste projeto. Agora, este casamento é absolutamente fundamental para que possamos ter, não só, mais verbas ao nosso dispor, como podemos acrescentar verbas à capacidade que o país tem neste momento. -----

----- Neste momento temos já duas candidaturas apresentadas em parceria com universidades. Temos uma candidatura desenvolvida em conjunto com a Universidade de Lisboa no âmbito dos programas “*Smart Cities*”. E temos, neste momento, uma candidatura com várias universidades para desenvolver um projeto no âmbito do Instituto Europeu de Tecnologia numa candidatura específica na área do envelhecimento ativo e saudável. É uma candidatura em que já ganhamos uma primeira fase que é o financiamento da FCT para o desenvolvimento da candidatura e que vai ser apresentada, creio, que estes verão, em setembro, às instâncias europeias para podermos ter este projeto do Instituto Europeu de Tecnologia, aqui em Lisboa. ---

----- Chamo a atenção que se conseguirmos, é a primeira vez que há um projeto “*Do Wait*” a realizar-se em Portugal. E isso só é possível porque foi possível mobilizar

recurso de todas as universidades e de outras instituições para conseguir preencher os apertadíssimos critérios que são feitos nos cadernos de encargos “*Do Wait*” que se destinam a financiar projetos dos países que são contribuintes mais sólidos da União Europeia. -----

----- Portanto, furar aí nesse bloco de disponibilidades e de oportunidades é difícil e só conseguiremos fazer, poderemos conseguir fazer, se conseguirmos fazer um sindicato suficientemente forte de todas estas instituições. -----

----- É isto, também, que estamos a procurar fazer com as empresas. Aí é mais difícil, são mais autonomizadas, há menos tradição de articulação. O código da contratação pública ainda não dá grande margem para permitir estabelecer consórcios de inovação como a legislação comunitária brevemente irá permitir que se venham a fazer, e que facilitará muito a articulação entre estas instituições. -----

----- Eu acho que, no fundo, nós temos de conseguir fazer em Portugal e, designadamente, através dos municípios, aquilo que há muito tempo a indústria militar pelo mundo fora tem servido para fazer, que é conseguir, a pretexto de uma necessidade pública, conseguir mobilizar e articular o saber da universidade e a capacidade de produção das empresas. E para isso, não seja necessário produzir pistolas, nem balas, mas conseguir fazer coisas mais interessantes como é a reabilitação urbana, a eficiência energética, podermos ter melhores condições de circulação para os idosos na Cidade de Lisboa, como é podermos ter uma capacidade de intervenção mais efetiva junto da população sem-abrigo, enfim, aqueles desafios centrais da estratégia que foi definida no âmbito de Lisboa 2020. Esse é o grande desafio que me está colocado. Fora isso, obviamente, que acho necessário debatermos e lutarmos para que a regulamentação nacional não estrague aquilo que a regulamentação comunitária permitiu e para nos abrir a porta para um programa que seja gerador de emprego, que contribua para uma maior sustentabilidade ambiental e energética e reforce a competitividade da Cidade de Lisboa, e esse tem de estar no coração disto, o que diz respeito à reabilitação urbana. -----

----- Uma última nota se a Senhora Presidente me permite, em matéria de mobilidade a estratégia que adotamos foi centrar os projetos de mobilidade naqueles programas que não concorrem diretamente com aquelas candidaturas que necessariamente o Governo, enquanto tutela e proprietário das empresas de transportes públicos, vai certamente, apresentar e com os quais costuma consumir a quase totalidade das verbas disponíveis para a mobilidade. E, portanto, centrarmo-nos naquilo onde não seríamos concorrentes, porque também, reconhecemos a necessidade de haver melhor financiamento comunitário para melhorar a nossa rede de transportes públicos, nas outras redes de mobilidade que não são satisfeitas, diretamente, pelo transporte público. Refiro-me às redes de mobilidade suave e particularmente ao nosso ambicioso programa de acessibilidade pedonal que é fundamental e que designamos sob a forma dos programas de mobilidade inclusiva e, é aí que temos estado a centrar a nossa posição.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, disse que tinham terminado aquela sessão. Pediu um favor aos Senhores Deputados, que às 18h00 iriam iniciar a sessão

extraordinária do debate temático sobre transportes. Pelo que pedia aos Senhores Deputados que tirassem os seus pertences das cadeiras porque a sala iria ser preparada para receber o público. -----

----- Agradeceu a presença dos Senhores Deputados Municipais e deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram dezoito horas e quinze minutos. -----

----- Eu _____, Chefe de Gabinete, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----

Índice de anexos

Anexo 1 – **Proposta nº 137/2014** (Submeter à Assembleia Municipal a Proposta de Contrato de Delegação de Competências entre a CML e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, e aprovação da respetiva minuta de contrato)

Anexo nº 2 – Parecer emitido pela 5ª Comissão Permanente à Proposta nº 137/2014

Anexo nº 3 - CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Relatório de Actividades-2013

Anexo nº 4 - CPCJ - Lisboa Centro - Relatório de Atividades de 2013

Anexo nº 5 - CPCJ - Relatório Atividades 2013 - Lisboa Ocidental- Adenda

Anexo nº 6 - CPCJ - Relatório de Atividades de 2013

Anexo nº 7 – Parecer emitido pela 6ª Comissão Permanente aos Relatórios das 4 Comissões Permanentes de Crianças e Jovens, relativos a 2013

Anexo nº 8 – **Proposta nº 138/2014** (Aprovar submeter à Assembleia Municipal a proposta de celebração de contratos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila no âmbito do apoio logístico às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens)

Anexo nº 9 – Parecer emitido pela 6ª Comissão à Proposta nº 138/2014

Anexo nº 10 – **Proposta nº 189/2014** (1. Aprovação da Minuta de Protocolo contendo os termos do acordo a celebrar entre o Município de Lisboa e a “*BetterWorld*”, com vista à realização das sétima e oitava edições do Rock-in-Rio Lisboa, em 2016 e 2018 e aprovar submeter a presente proposta e a respetiva minuta de protocolo à Assembleia Municipal, com vista à deliberação acerca da isenção das taxas relativas ao evento; 2. Aprovação da Minuta de Adenda ao Protocolo celebrado entre o Município de Lisboa e a “*BetterWorld*”, na sequência da Deliberação 35/AML/2012 (Proposta nº 136/2012), com vista à realização da sexta edição do Rock-in-Rio Lisboa, em 2014.)

Anexo nº 11 – Parecer emitido pela 1ª Comissão à Proposta nº 189/2014

Anexo nº 12 - Parecer emitido pela 2ª Comissão P. Economia ao Plano de Ação Regional de Lisboa

Anexo nº 13 - Parecer emitido pela 1ª Comissão P. Finanças - “Parecer do Conselho Metropolitano e Documento POR Lisboa 2014-2020

Anexo nº 14 - Edital nº 16 - Parecer CM sobre POR Lisboa

Anexo nº 15 - POR Lisboa 2014-2020

Anexo nº 16 - Parecer 6ª Comissão P. Direitos Sociais e Cidadania - PORL, POISE e POCH

Anexo nº 17 - Parecer 4ª Comissão P. Ambiente- POSEUR-Programa Operacional da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos

Anexo nº 18 - Parecer 7ª Comissão P. Cultura -POCH - Programa Operacional do Capital Humano